



**SENADO FEDERAL**

**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**

**UNILEGIS**

**ANA MARIA ROCHA**

**PARLAMENTO DO MERCOSUL:  
o papel da imprensa brasileira na construção de uma cidadania regional**

Brasília – DF  
2008

**PARLAMENTO DO MERCOSUL:  
o papel da imprensa brasileira na construção de uma cidadania regional**

Trabalho de conclusão do curso de especialização em Ciência Política realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro no 2º semestre de 2008..

Aluno: Ana Maria Rocha

Banca Examinadora:

---

Francisco Sant'Anna

---

Arthur Oscar Guimarães

**Brasília, 27 de outubro de 2008**

Dedico a meus pais, Delmy Rocha (in memoriam) e Dorothéa Malheiros, por terem me ensinado o valor da busca constante do conhecimento.

A meus filhos Zoca e Tuca para que perseverem neste caminho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por traçar os mais inesperados caminhos que me permitiram voltar aos bancos escolares depois de 30 anos e reviver o prazer de aprender.

Aos meus professores que me guiaram neste caminho.

Aos meus colegas de curso, companheiros de jornada.

Ao meu orientador, Francisco Sant`Anna, velho companheiro de jornalismo, por me “iniciar” nas escritas acadêmicas.

Aos meus colegas da Secretaria de Comunicação Social do Senado pelo estímulo e compreensão.

À Maria Cláudia Drummond, consultora do Senado Federal, pelo apoio inicial e estímulo a este trabalho.

*Por mares nunca dantes navegados  
(...)mais do que prometia a força humana.  
E entre gente remota edificaram  
Novo reino, que tanto sublimaram”*

Luís de Camões - Os Lusíadas, Canto I, 1572

*Mundo vasto mundo,  
mais vasto é meu coração.*

Carlos Drummond de Andrade, Poema de Sete Faces, 1930

## RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar o papel da imprensa brasileira na construção de um sentimento de cidadania regionalizada, a partir da cobertura jornalística do Parlamento do Mercosul – Parlasul, a instituição de representação democrática do bloco que expande para a esfera política o processo de integração na América do Sul.

Inserir debates teóricos sobre globalização, sobre déficit democrático nos processos de integração e sobre o papel da imprensa na formação da opinião pública.

Trata também do histórico do Mercosul como promotor da integração na América do Sul e da evolução da idéia de dotar o bloco de uma instituição parlamentar, presente desde os primórdios do bloco.

O questionamento central é: até que ponto os cidadãos do Mercosul estão preparados para participarem deste novo parlamento para a qual terão, inclusive, que eleger seus representantes? E mais: qual é o papel da imprensa neste contexto?

O trabalho se limita a analisar o comportamento da imprensa brasileira na divulgação das ações do Parlasul e qual tem sido sua contribuição para que seja reconhecido como legítimo representante dos cidadãos “mercosulinos”. Numa pesquisa de limitada abrangência temporal mas com a observância de fatos emblemáticos protagonizados pelo Parlamento do Mercosul, pode-se constatar que a imprensa brasileira não se ocupa dos temas do parlamento da mesma forma, mostrada por outros estudos, que também não abre espaços significativos para os temas relacionados à América Latina e ao Mercosul. E finalmente, conclui que é a mídia institucional, mais precisamente os veículos de imprensa do Senado Federal, que está cumprindo o papel de levar à sociedade os debates do novo parlamento através da cobertura que realiza das sessões em Montevideú, no Uruguai, sede do Parlasul.

Palavras-chave: Parlamento do Mercosul, imprensa, cidadania regional.

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>pág.01</b>
<b>1.2 – Cobertura do Parlamento do Mercosul .....</b>	<b>pág. 05</b>
<b>1.2.1- Metodologia da Pesquisa .....</b>	<b>pág. 06</b>
<b>2- MERCOSUL- UM BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>pág. 08</b>
<b>2.1- O Mercosul .....</b>	<b>pág. 10</b>
<b>3- PARLASUL: DA CPC AO PARLAMENTO .....</b>	<b>pág. 12</b>
<b>3.1- O Parlamento do Mercosul .....</b>	<b>pág. 14</b>
<b>4- O PAPEL DA IMPRENSA.....</b>	<b>pág. 16</b>
<b>4.1- A mídia brasileira e o Parlasul .....</b>	<b>pág. 20</b>
<b>4.2- As sessões do Parlasul .....</b>	<b>pág. 20</b>
<b>4.2.1- Comissões: Brasil à frente de temas importantes .....</b>	<b>pág. 21</b>
<b>4.2.2- As sessões estudadas .....</b>	<b>pág. 22</b>
<b>4.2.3- Escassez de material limita a pesquisa.....</b>	<b>pág. 23</b>
<b>4.3- O clipping da Representação Brasileira .....</b>	<b>pág.24</b>
<b>4.4- A análise das matérias .....</b>	<b>pág. 27</b>
<b>4.4.1- Marco Zero: descrédito à nova instituição.....</b>	<b>pág. 27</b>
<b>4.4.2- Nasce o novo Parlamento .....</b>	<b>pág. 28</b>
<b>4.4.2.1 – A cobertura institucional .....</b>	<b>pág. 29</b>
<b>4.4.3- Iª Sessão de trabalho .....</b>	<b>pág. 31</b>
<b>4.4.4- Xª Sessão: Brasil assume a Presidência .....</b>	<b>pág. 33</b>
<b>4.4.5- XIIª Sessão: a presença do Chanceler brasileiro.....</b>	<b>pág. 34</b>
<b>4.5- Balanço preliminar .....</b>	<b>pág. 34</b>
<b>4.5.1 – Outras coberturas .....</b>	<b>pág. 36</b>
<b>5. A COMUNICAÇÃO DO PARLAMENTO .....</b>	<b>pág. 37</b>
<b>5.1- A estrutura .....</b>	<b>pág.37</b>
<b>5.2- A parceria com o Parlamento Europeu .....</b>	<b>pág.38</b>
<b>6-CONCLUSÃO .....</b>	<b>pág.40</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>pág.45</b>
<b>7.1 Livros e Teses .....</b>	<b>pág.45</b>
<b>7.2 Sítios.....</b>	<b>pág.46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Se na década de 1960, a idéia de Aldeia Global de Marshall McLuhan surpreendia e era considerada utópica, quatro décadas depois não restam dúvidas de que o fenômeno da globalização é irreversível e obriga, cada vez mais, os estados nacionais a se ajustarem às necessidades dos novos tempos buscando novas formas de cooperação, de integração entre si e de articulações regionais. Apontada por alguns autores como um fenômeno secular que teve início na era das grandes navegações do século XV, a globalização moderna, nascida no segundo pós-guerra da necessidade de se estabelecer mecanismos diplomáticos e comerciais que aproximassem as nações e garantissem minimamente o futuro da humanidade, impôs uma nova reordenação do sistema das relações internacionais e comerciais.

Octavio Ianni afirma que o processo provocou uma ruptura histórica:

*A globalização do mundo pode ser vista como um processo histórico-social de vastas proporções, abalando mais ou menos drasticamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam e se impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades. (...) Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as gentes e as idéias movem-se em múltiplas direções, desenraízam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se. (IANNI, 1998, p. 34 )*

E mais adiante reconhece que a globalização é uma realidade que se faz presente na vida dos indivíduos e que os posicionam de forma diferente dentro do contexto histórico da humanidade. Esta nova realidade se oferece aos estudos dos cientistas políticos de forma concreta e palpável, permitindo que eles possam analisá-la em seu todo ou em diferentes aspectos. Assim afirma Ianni:

*Já é evidente que a transnacionalização, mundialização, planetarização ou, mais propriamente, globalização do mundo é uma realidade geo-histórica, social, econômica, política e cultural. Uma realidade problemática, simultaneamente inquietante e fascinante, por suas implicações práticas e teóricas. É como se de repente os indivíduos e as coletividades se dessem conta de que fazem parte não somente da história universal, mas da humanidade. Reconhecendo que esta humanidade não se parece nem com a ideologia, nem com a utopia (IANNI,1998, p.36).*



O novo contexto universalizado em que se localizam os indivíduos, suscita o surgimento de uma nova sociedade civil igualmente globalizada que deveria protagonizar o exercício de uma cidadania global, base da reorganização do sistema político mundial. A esta sociedade civil, organizada em âmbito transnacional e, portanto, apartada do aparelho do Estado Nação, deveriam ser dados os direitos de representação e participação nas decisões que são tomadas em âmbitos mais abrangentes que os das fronteiras nacionais e possam vir a produzir impactos no cotidiano do cidadão (DRUMMOND, 2005, p.34 ).

Ao contrário, o que se constata é a existência de substancial déficit democrático nas relações internacionais advindas do processo de globalização. A sociedade civil, mesmo que por meio de suas organizações representativas, não é sujeito de relevância nas decisões políticas internacionais. Criar modelos de cooperação que estabeleçam mecanismos e instrumentos para sanar este déficit seria a grande barreira a ser vencida pelas instituições responsáveis pelo estabelecimento das modernas relações internacionais.

Em artigo publicado pela revista *Foreign Policy*, Fernando Henrique Cardoso considera que o maior desafio da globalização é permitir aos cidadãos a participação nos processos decisórios de modo que eles possam perceber suas preocupações refletidas nas decisões políticas de alcance global. (CARDOSO apud DRUMMOND).

Na América do Sul, o processo de integração regional (PAIKIN apud MARTINS, p.03), inicialmente pensado para se realizar no âmbito essencialmente econômico, está sendo construído pelo Mercosul – Mercado Comum do Sul, criado em 1991<sup>1</sup>.

A lentidão dos Estados Nacionais em adotar medidas administrativas e legislação que permitisse que a integração se efetivasse a passos mais largos em nível institucional, não significa, entretanto, que o processo de integração regional em torno do Mercosul tivesse paralisado e que não tenha avançado. Ao contrário, os avanços ampliaram seus limites de atuação passando a estabelecer-se em outras áreas de domínio como a política, a social e a cultural.

Para Maria Cristina Gobbi, a integração na área política resultou em ações significativas para impedir que a região computasse, por exemplo, retrocessos de democracia, observando que:

*(...) no plano político, embora frágeis, as novas relações mostraram-se ágeis e eficazes para a ampliação do processo de integração, “abortando uma tentativa de golpe militar no Paraguai no primeiro semestre de 1996 e estabelecendo uma solução*

---

<sup>1</sup> Ver Tratado de Assunção.

*constitucional na crise decorrente do assassinato do vice-presidente e posterior renúncia do presidente paraguaio em 1992. (GOBBI, 2008, p.1)*

O processo de integração foi abrindo caminhos e se expandindo para áreas mais abrangentes, além dos limites comerciais previstos inicialmente. É ainda Gobbi que relembra a criação de mais de 300 canais diferentes de discussão, envolvendo instâncias governamentais e de interesse da sociedade civil, para possibilitar a consolidação do Mercosul:

*Embora essas ações possam ser representativas, não podemos deixar de mencionar que estamos falando em um Acordo Comum, que envolve diversos países ainda jovens em sua formação político-econômica, com culturas e interesses globais diversificados. Mas é possível afirmar que um novo quadro social, político e econômico efetivamente irreversível foi estabelecido. (GOBBI, 2008, p.1)*

A ampliação dos limites de integração alcançados pelo Mercosul estabeleceu novos formatos e parâmetros de relações de interesses entre os cidadãos do bloco que impõem normatizações para a convivência e o intercâmbio entre eles. Os novos limites exigem regras que possam evitar os conflitos e promover o desenvolvimento econômico pretendido pelas bases do mercado comum e também o desenvolvimento de outros setores das sociedades. A inexistência de instituições que permitam aos cidadãos influir nas decisões regionais podem tornar o processo de integração menos democrático e aumentar o déficit de democracia da região.

Muitos estudos realizados nas áreas de ciência política e das relações internacionais chamaram a atenção para a acentuação do *déficit democrático* nos processos de integração regional (DRUMMOND, 2006, p.02). O déficit democrático se evidencia quando ao cidadão não é dada a possibilidade de reflexão (à qual acrescentamos participação e decisão) sobre determinadas questões que, de alguma forma, vão refletir em sua vida cotidiana (SOUZA, 2005). É o distanciamento do cidadão das decisões tomadas no âmbito da integração que acentua o déficit democrático gerado pelo processo. Na América Latina o déficit democrático do processo de integração é agravado porque reflete déficits internos, memórias ainda de longos períodos de autoritarismo, com rompimento do estado de direito impostos a muitos países da região.

Dayse Ventura fala em duplicidade do déficit na América Latina. Ela aponta fatores como a falta de transparência no processo decisório e a pouca maturidade das instituições democráticas como fatores que dão ao déficit um caráter duplo: o interno e o regional. Os

mesmos fatores repetem-se particularmente no Mercosul, uma vez que também ao déficit gerado pelas ações integracionistas somam-se os déficits democráticos internos dos Estados membros. (DRUMMOND apud VENTURA, 2005).

A questão seria: como sanar este déficit? Partindo de sua teoria ideal de democracia, Dahl acredita que é improvável que o déficit democrático nas relações internacionais, e portanto de integração, possa ser superado. Entre outras razões, o autor argumenta que mesmo em países onde os governos democráticos estão consolidados, há grande dificuldade de acompanhamento das decisões importantes que são tomadas no âmbito da política externa por parte dos cidadãos. Mas, a criação de parlamentos regionais, uma tendência verificada após a II Guerra Mundial, é apontada por outros autores como uma tentativa de redução do déficit democrático e uma forma de permitir que as sociedades participem e influam nos processos decisórios de integração regional. (DRUMMOND, 2005)

Ao contrário de Dahl, Helena Martins acredita que a redução do déficit é possível mas afirma que a mídia tem papel preponderante para isto. Ao apontar a falta de transparência e acesso às informações como principais fatores que dificultam a participação da sociedade, afirma que: à medida que o acesso à informação for melhorado mais facilmente a sociedade se envolverá nos processos decisórios. (MARTINS, 2008, p 28)

É na esteira das constantes transformações dos blocos regionais que se justifica a *parlamentarização* do Mercosul. A criação de uma instituição que conduzisse o processo foi prevista desde o protocolo de Ouro Preto. No campo da *práxis*, a criação da Comissão Parlamentar Conjunta é o marco inicial desde processo que evoluiu em pouco mais de dois anos para a efetivação do Parlamento do Mercosul, cuja sessão inaugural realizou-se no Senado Federal, na sede do Congresso brasileiro, em dezembro de 2006, sobre o qual trataremos mais adiante

A apresentação deste cenário de globalização, da conseqüente tendência ao fortalecimento de economias nacionais por meio de formação de blocos econômicos, do Mercosul como o eixo em torno do qual gira o processo de integração na América do Sul e do déficit democrático do Mercosul ajuda a compreender o foco que se dá a este trabalho.

## **1.2 Cobertura do Parlamento do Mercosul**

A análise do tratamento dado pela mídia brasileira ao recém criado Parlamento do Mercosul é o objeto deste trabalho. Com o objetivo de tentar demonstrar que a mídia não contribui para o despertar de um sentimento de cidadania regionalizada, que se motive para atuações políticas fora dos espaços políticos nacionais, verificaremos como, decorrido pouco

mais de um ano do início de seus trabalhos, o Parlamento do Mercosul é tema de interesse da mídia brasileira ou se está ausente dos veículos de comunicação do país.

A ausência de informações na mídia brasileira sobre a região geopolítica da América Latina é percebida por SANT'ANNA(2006) como um dos fatores que dificultam a percepção de uma identidade regionalizada entre os cidadãos:

*os meios e os jornalistas brasileiros não consideram tal fator em suas rotinas de trabalho, levando à opinião pública informações sobre a AL que não contribuem para a construção do que os teóricos denominam latinidade e, conseqüentemente, não favorecem a construção de um imaginário pró-unidade cultural (idem p.10)*

Inicialmente a proposta de estudo abrangeria o primeiro ano de funcionamento do Parlamento considerando como o início efetivo de seus trabalhos a sessão de posse dos parlamentares, em maio de 2007, em Montevideú. A idéia era realizar uma análise do comportamento da mídia brasileira com relação ao Parlamento neste período. Mas a ausência quase que constante do tema das páginas dos jornais e a constatação de que ele surgia esporadicamente conforme os fatos gerados em sessões plenárias, exigiu um estreitamento do foco do trabalho, limitando-o ao estudo de apenas 4 (quatro) sessões do Parlamento mas que, por se consistirem em fatos extraordinários, poderiam despertar maior interesse da mídia.

À priori, os registros jornalísticos, esporádicos e sem periodicidade definida, não permitiriam traçar um quadro numérico ou uma faixa percentual que pudessem assegurar o desenho de um panorama quantitativo do espaço ocupado pelo Parlamento na mídia. A análise qualitativa do conteúdo das matérias publicadas é que permitirá observar, minimamente, a configuração de uma tendência do comportamento midiático.

Não há a intenção de estabelecer uma verdade empírica. Não há elementos para isto, sobretudo pela pouca abrangência do material pesquisado. A intenção maior é apenas a de confirmar uma tendência de omissão da imprensa nos temas relacionados à América Latina, ao Mercosul e à integração que, pode se refletir na cobertura do Parlamento. A gravidade Neste caso, porém, a omissão da mídia poderá tomar proporções mais acentuadas por ser o Parlamento uma instituição que poderá estabelecer condutas mais democráticas e de interesses dos cidadãos, ou seja, a mídia não contribuirá com a redução do déficit democrático.

Para contextualizar o objeto do trabalho – o papel da imprensa brasileira na construção de um espaço democrático de representação de cidadania regional – buscamos o entendimento sobre o processo de integração na América Latina apresentando um breve histórico do Mercosul como efetivo orientador do processo.

As idéias de integração na América Latina nasceram às avessas, de um sentimento divisionista acentuado pelas disputas, rivalidades e diferenças oriundas do processo de colonização rivalizado entre portugueses e espanhóis. Na sociedade contemporânea, o processo de integração permite que culturas diferentes se somem para criar novas identidades.

O processo de integração patrocinado pelo Mercosul ainda está sendo construído mas já se evidencia que ele assumiu rumos expansionistas, enveredando-se pelos espaços da política, do social e da cultura, ultrapassando a delimitação econômica estabelecida pela proposta de uma integração pautada na formação de um bloco com vistas ao fortalecimento comercial da região.

Neste contexto, apresentaremos o Parlamento do Mercosul, criado com o objetivo de fortalecer a representação política e a democracia no bloco, como o elo entre processo da integração e os cidadãos dos países que deles fazem parte. É importante reafirmar, como já foi mostrado neste capítulo introdutório, que, assim como outros parlamentos regionais, o Parlasul poderá ter relevante papel na redução do déficit democrático da região desde que cumpra, efetivamente, seu papel de representação democrática. Para isto, entretanto, precisaria da mídia para ter visibilidade e ganhar credibilidade junto às comunidades que ele representa.

### **1.2.1 Metodologia da pesquisa**

Que papel, então, estaria cumprindo a imprensa brasileira no sentido de contribuir para que as transformações geradas no seio do processo integracionista seja em benefício do bem estar social dos cidadãos? Qual a responsabilidade da mídia com a visibilidade das instituições que poderão sustentar os direitos democráticos desses mesmos cidadãos para que eles não sejam suplantados pelos interesses econômicos, sempre de apelos muito mais fortes até para a própria mídia? Estas são questões que se deseja responder. Utilizaremos a fundamentação teórica estabelecida por Habermas para demonstrar que os atores que atuam na esfera pública são responsáveis pela formação de uma opinião pública capaz de impulsionar e direcionar – conforme seus interesses – a atuação política dos governantes e das instituições. Entre esses atores, a mídia é considerada de fundamental importância.

Partimos da hipótese de que o Parlamento não é alvo de interesse da mídia impressa brasileira, seguindo a tendência da cobertura negativa e reducionista dada a temas afins (como América Latina, Mercosul e integração regional) e até mesmo com relação ao próprio Congresso Nacional. (SANT'ANNA, 2006, p.10; DUARTE, 2008, p.1) Para a verificação do objeto de nosso estudo, vamos analisar a cobertura realizada por jornais brasileiros da

imprensa privada relativa a quatro sessões do Parlamento do Mercosul, realizadas neste primeiro ano de seu funcionamento, que serão identificadas mais adiante. A cobertura da mídia institucional, particularmente a realizada pelos veículos impressos da Câmara e do Senado, também será objeto do estudo. O objetivo é possibilitar uma análise comparativa dos conteúdos produzidos por uma e outra e traçar um tratamento entre as duas. Para verificar a linha editorial, se positiva ou negativa- estabelecida pela cobertura, faremos uma análise quantitativa e qualitativa do conteúdo das matérias publicadas. A análise basear-se-á no clipping<sup>2</sup> de matérias jornalísticas publicadas no Brasil e em jornais da América do Sul executado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e disponibilizado no portal da Câmara dos Deputados<sup>3</sup>. Para uma visão mais ampla do espectro da cobertura, a pesquisa abrangerá o período de três dias em torno da data da realização das sessões escolhidas: o dia anterior, o dia da sessão propriamente dita e o dia seguinte. A título de ilustração também será mostrado um panorama, ainda que superficial, dos espaços destinados à cobertura das mesmas sessões por alguns dos jornais de países que compõem o Mercosul, igualmente disponibilizadas no clipping.

Para referendar a hipótese do trabalho, a pesquisa buscou parâmetros do comportamento da mídia brasileira e mundial no tratamento dado a questões relativas à integração e ao Mercosul para verificar se a ausência de matérias sobre o Parlasul seguiria a mesma tendência da cobertura destinada a esses temas.

Como já enunciado, a principal fonte de pesquisa utilizada para o levantamento das matérias publicadas, o clipping executado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul<sup>4</sup>, diariamente seleciona as matérias publicadas em jornais do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela sobre Mercosul, integração e também sobre o Parlasul e disponibiliza para a rede mundial de computadores pelo portal da Câmara dos Deputados. O clipping contém o maior acervo de matérias já publicadas sobre o Parlamento que podem ser acessadas por referência de datas a partir do ano de 2003. A maneira como este trabalho é realizado, a disponibilização do material selecionado e sua importância como fonte de divulgação do Parlamento do Mercosul também é objeto deste trabalho, assim como a recente organização e estruturação do setor de comunicação do próprio Parlasul. A estrutura consolidada da comunicação institucional do Parlamento Europeu é objeto de uma breve

---

<sup>2</sup> define o processo de selecionar [notícias](#) em [jornais](#), [revistas](#), [sites](#) e outros [meios de comunicação](#), geralmente impressos, para resultar num apanhado de recortes sobre assuntos de total interesse de quem os coleciona.

<sup>3</sup> <http://www2.camara.gov.br/>

<sup>4</sup> <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/clipping-destaque>

apresentação, estrutura que, entre outros veículos, possui uma webtv<sup>5</sup> por onde se pode acompanhar ao vivo as sessões.

As matérias analisadas foram retiradas dos jornais impressos pertencentes a grupos privados de comunicação de diferentes perfis como o *Correio Braziliense*, o *Jornal do Brasil*, *Gazeta Mercantil* e *O Estado de São Paulo*. Também faz parte da análise o teor editorial das matérias publicadas nos jornais pertencentes à estrutura de comunicação das duas Casas Legislativas do Congresso brasileiro, o *Jornal do Senado* e o *Jornal da Câmara*, onde os espaços para as matérias sobre o Parlasul são bem mais significativos.

A título de ilustração comentaremos também o teor de algumas notícias publicadas por jornais dos outros países do bloco, embora a imprensa estrangeira não seja alvo primordial deste trabalho.

## **2. MERCOSUL: UM BREVE HISTÓRICO**

O espírito e o desejo por integração regional na América Latina surgiu, antes mesmo do processo de independência das colônias americanas (no Século XVIII) a partir de um sentido mais divisionista que buscava cercear e finalizar o processo de imposição, colonização e disputas territoriais entre Portugal e Espanha em relação aos espaços recém-descobertos. Cabe notar que em um primeiro momento essa tentativa de integração regional estava voltada apenas aos países da “América Espanhola”.

O venezuelano Francisco de Miranda (1750-1816), um dos precursores do movimento de emancipação da Hispano-América cujo pensamento exerceu forte influência sobre os ideólogos do processo independentista desde o final do século XVIII, sonhava com uma América espanhola “independente e unida” à qual se daria o nome de Colômbia. O chileno Bernardo O’Higgins (1778-1842), preconizava uma Grande Federação dos Povos da América, enquanto o argentino San Martín (1778-1850), propunha a integração do Rio de Prata, Chile e Peru.

No entanto, foi a partir de Simon Bolívar que o sonho de integração regional começou a sair do plano das idéias e a se tornar material palpável. Ele realizou ações concretas para implementar seu projeto de integração do que ele chamava de “América Meridional”, utilizando-se, para isso da realização de um projeto pioneiro e inédito: a realização do

---

<sup>5</sup> Modelo televisivo que é transmitido via internet (web)

Congresso do Panamá, em 1826, que reuniu representantes de 12 (doze) territórios que hoje estão caracterizados e reconhecidos como espaços de repúblicas da América Latina (ressalta-se que, apesar do convite, neste encontro não estava presente o Império brasileiro, demonstrando o nítido sentimento divisionista que havia entre a América Portuguesa e a América Espanhola). No entanto, o Congresso do Panamá fracassou em seus propósitos, mas serviu como ferramenta para expandir o ideal bolivariano de integração regional, que veio a ser utilizadas mais efetivamente a partir das primeiras décadas do século XIX (período em que se observa a realizações de vários outros congressos em diversas regiões da América Latina, unindo políticos e intelectuais de diferentes correntes de pensamento ideológico, que comungavam do ideal de integração).

As propostas de integração evoluíram desde então, mas foi somente no século XX que surgiram as primeiras manifestações concretas por uma integração regional de fato, através de tratados que estabelecem organizações e instituições visando ordenar e efetivar o processo de integração (sem que embora tenham logrado êxito na forma que esperavam).

Nesta linha, em 1948 o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas reuniu, num total de 44 países, todas as nações da América Latina e do Caribe (além de alguns outros países convidados da Europa e da América do Norte) com a intenção de incentivar a cooperação econômica entre seus membros, criando a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Esta seria uma organização internacional voltadas para pesquisas que buscassem orientar seus participantes na elaboração de planos, estabelecimentos de metas e adoção de políticas públicas.

Somente em 1960, surge a primeira tentativa de integração comercial, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) que inicialmente reunia Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai e que em 1970 contou com a adesão de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela e de Cuba em 1999. No entanto, a tentativa não obteve sucesso, e em 1980 a configuração e a atuação da Associação foi modificada e passou a se chamar Associação Latino Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio, a ALADI. Finalmente, em 1991, é assinado o Tratado de Assunção, que daria início à configuração e aos primeiros trabalhos do Mercado Comum do Sul,

## **2.1 O Mercosul**



O Mercosul - Mercado Comum do Sul - é o bloco econômico criado por meio da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, com o objetivo de reduzir ou eliminar impostos, proibições e restrições entre seus produtos, ampliando as dimensões econômicas de seus mercados nacionais e promovendo a integração entre eles, do qual foram signatários iniciais Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 2004, os chamados países andinos como o Chile, Bolívia, Equador, Colômbia e Peru aderiram ao bloco na condição de membros associados. Em 2005, foi a vez de incorporar a Venezuela, com o propósito de tornar-se membro pleno. Entretanto, ainda em processo interno de cumprimento de algumas exigências, como adoção da TEC – Tarifa Externa Comum, a adesão daquele país como membro pleno depende de aprovação pelos parlamentos do Paraguai e do Brasil<sup>6</sup>

O Mercosul nasceu, desde os aspectos estabelecidos pelo Tratado de Assunção, com previsão de consolidar-se como mercado de livre comércio em 1994. Por uma série de fatores que não serão aqui demonstrados, a idéia não se concretizou dentro do prazo previsto. Institucionalmente, a integração sul-americana caminhou a passos mais lentos do que previam seus pensadores e, ao final de 2008, o Mercosul encontra-se ainda na condição de União Aduaneira, considerado apenas como segundo estágio de um processo de integração regional, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1.1 – Graduação do processo de formação de um Mercado Comum (SENHORAS & VITTE 2001)**

1 Acordo de livre-comércio	Ausência de barreiras tarifárias e não-tarifárias entre os países. Nesse tipo de acordo, os países participantes podem concordar em abolir totalmente todas as barreiras internas ao comércio entre eles.
2 União aduaneira ou alfandegária	É um passo adiante em relação à área de livre-comércio, pois estabelece tarifas externas comuns para produtos importados de terceiros países.
3 Mercado comum	É um passo além da união aduaneira, uma vez que estabelece a livre circulação de trabalhadores, serviços e capitais e implica maior coordenação das políticas macroeconômicas, além da harmonização das legislações nacionais (trabalhista, previdenciária, tributária, etc)
4 União econômica	Prevê uma moeda e um Banco Central único para os países do bloco. Para o seu funcionamento efetivo, os países devem possuir níveis compatíveis de inflação, déficit público e taxa de juros; as taxas de câmbio se tornam fixas entre esses países.
5 Integração física	Prevê a construção de infra-estrutura transnacional a partir de redes integradas de base logística e energética compartilhadas entre diversos países de uma região.

<sup>6</sup> Tendo em vista que os parlamentos da Argentina e do Uruguai já aprovaram o ingresso da Venezuela no Mercosul

6 União política ou confederação	É o grau máximo de integração, onde os poderes legislativo, executivo e judiciário dos Estados-membros são vinculados ao abrir mão de suas soberanias individuais para dar lugar a uma nova nação soberana que é o somatório das nacionalidades.
----------------------------------	--

Desde a década de 1960, pensava-se na construção de um mercado comum para os países integrantes da América Latina. Como demonstrado no capítulo anterior, a principal bandeira deste movimento foi estabelecida pela ALALC, - Associação Latino-Americana de Livre Comércio. O projeto de comércio e integração tornou-se forte argumento nos países da América do Sul, principalmente entre Brasil e Argentina que, em 1985, assinaram a Declaração de Iguazu, promovendo uma forte integração entre os dois países além de uma relação bilateral de solidariedade e comércio. Portanto, não é difícil perceber que o processo de integração foi marcado por interesses e objetivos de política externa de ambos os países. (COSTA, 2002) Nessa linha, os dois países assinaram em 1988 o [Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento](#). Da liderança da Argentina e do Brasil saíram, portanto, as primeiras negociações com vistas à implementação do projeto, às quais se juntaram Uruguai e Paraguai, para, finalmente, estabelecer seu primeiro marco institucional com o Tratado de Assunção.

A partir de Assunção iniciou-se uma série de estudos e de adoção de uma complexa malha de medidas de ajustes internos necessários à harmonização das regras que fariam o Tratado avançar. Em 17 de dezembro de 1994, os chefes de Estados dos países signatários, reunidos na histórica cidade brasileira de Ouro Preto (MG) ratificaram o Tratado inicial com o alargamento da estrutura institucional do Mercosul, criando novas instituições consideradas necessárias ao amplo andamento do processo de integração, ao mesmo tempo que estabelecia os princípios, dos quais seriam embuídos essas instituições, para que o processo fosse conduzido com legitimidade democrática.

O Protocolo de Ouro Preto traduzia o sentimento de que a integração exigiria também uma participação política que fosse ela própria impulsora da legitimidade do processo de integração. E, por isto, pode-se afirmar que já em seu nascedouro, a Comissão Parlamentar Conjunta vislumbrava evoluir para a instituição de um Parlamento do Mercosul. Era também o sinal do desejo dos pensadores do processo de que a integração no subcontinente, ainda que de forma restrita ao signatários do Mercosul, deveria caminhar para espaços mais abrangentes além dos limites econômicos delineados no Tratado de Assunção.

### 3. PARLASUL: DA CPC AO PARLAMENTO

Maria Cláudia Drummond, em rigorosa revisão cronológica amplamente fundamentada em conceitos teóricos, mostra que a trajetória da idéia de órgão parlamentar para o Mercosul é marcada por uma ondulação de dúvidas e convicções inerentes aos processos nunca antes experimentados (DRUMMOND, 2005, P.264). As dúvidas e as divergências pautaram o ritmo das discussões quanto ao modo como se operaria a atuação política no Mercosul e abrangência dos poderes dela advindos. Dúvidas que refletiram ora na estagnação, ora no avanço das negociações. É importante observar que o forte propósito de que a atuação política fosse concebida com o objetivo de aprimorar o processo democrático dentro do alcance do processo da integração nunca deixou de estar presente nos atos históricos que marcaram a evolução das negociações e o aprimoramento das políticas implementadas pelo bloco.

Assim é que o compromisso de que a *“plena vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL”*<sup>7</sup> foi reafirmado oportunamente em todas as ações acordadas no âmbito institucional, passando, por exemplo, pelo Protocolo de Las Leñas, em 1992 e pelo Protocolo de Ushuaia, em 1998.

É o compromisso democrático que norteia a discussão sobre a necessidade da criação do Parlamento e levanta a questão do exercício da uma cidadania regionalizada que deverá surgir a partir de uma também imperiosa *“soberania da integração”*

*(...) a cidadania deste espaço de integração e, conseqüentemente, o exercício dela significa a necessidade da existência de instituições jurídicas interdependentes, vinculadas não aos Estado-Partes diretamente, mas, ao espaço integrativo correspondente. (...) Estamos pois, claramente, diante da necessidade de abrir discussões para a criação de um Parlamento do Mercosul, com a finalidade de participar significativamente na construção desta ordem jurídica e, servir de foro democrático para as discussões necessárias à consolidação do sistema, com o exercício da cidadania não apenas no âmbito do Estado-nacional, mas, no âmbito Regional. (SANTOS E RULLI JR. 2001, p.76).*

Na concepção de Rousseau, cidadania está relacionada à associação do indivíduo e a uma coletividade política, formando assim o Estado como o conhecemos hoje. O próprio

---

<sup>7</sup> Ver Protocolo de Ushuaia

processo de integração alarga esta idéia de cidadania para circunscrevê-la aos novos espaços alcançados pelas relações das sociedades contemporâneas.

O universo mais amplo da necessária atuação regionalizada vai evidenciando mais fortemente, sobretudo baseado no processo desenvolvido na Europa, a necessidade de um parlamento que promova uma representatividade mais fiel e substancial da vontade geral da comunidade integrada em seus diversos segmentos e formatações. Evidencia ainda a necessidade de estabelecer normas de condutas capazes de viabilizar a convivência e a solução de conflitos naturais, individuais e coletivos, privados e públicos, ocorrentes do processo. (JUCA, 2002)

Os parlamentos internacionais como representantes das chamadas “Sociedades de Estados” conforme a definição dada por Hedley Bull e Adam Watson, são citados por Maria Cláudia Drummond como as instituições que permitem a incorporação de valores e princípios morais e éticos no estabelecimento de novos paradigmas comuns (WATSON, 1992; BULL, 2002, apud DRUMMOND, 2005)

No avanço dos debates em torno da construção de uma cidadania regional, seguiram-se discussões que enveredavam por caminhos bifurcados sobre a adoção da democracia representativa no Parlamento do Mercosul. Até que em 2002, a preferência pelo modelo foi evidenciada pelo então pré-candidato, Luis Inácio Lula da Silva, em discurso na Câmara dos Deputados do Brasil (DRUMMOND, 2005). A posterior eleição do candidato à Presidência da República do Brasil e a de Nestor Kirchner para a da Argentina criariam, logo em seguida, as condições para a efetiva implementação do Parlamento do Mercosul, garantida com a assinatura do Protocolo de Ushuaia que previa sua instalação até 31 de dezembro de 2006.

### **3.1 O Parlamento do Mercosul**

O Parlamento do Mercosul foi instalado em 14 de dezembro de 2006, em sessão realizada no plenário do Senado brasileiro com a presença dos presidentes dos Parlamentos Nacionais dos países membros e do Presidente da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Como já demonstramos anteriormente, sua criação é o resultado de um longo processo de discussões permeadas no âmbito político da integração que buscava consolidar uma instituição cuja atuação atendesse ao compromisso democrático do bloco e onde as decisões pudessem ser tomadas de forma política, representativa e organizada. O caráter de representação democrática do propósito da nova instituição está claro no artigo 1º do

Protocolo Constitutivo<sup>8</sup>: O *Parlamento do Mercosul será o órgão representativo de seus povos*”, e no artigo 2º: “(...) *que deverá garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração e estimular a formação de uma consciência coletiva de valores cidadãos e comunitários para a integração.*”

O Protocolo Constitutivo estabelecia duas etapas até a conformação definitiva do órgão, que exige eleições diretas a serem realizadas simultaneamente em todos os países membros no que será instituído como “Dia do Mercosul Cidadão”, cuja primeira edição deverá ocorrer em 2014, data em que a eleição conjunta deverá ocorrer pela primeira vez.

A primeira etapa deverá ser concluída até dezembro de 2010, quando todos os Estados-membros terão realizado eleições gerais em âmbito nacional, ocasião em que deverão eleger também, em eleições isoladas, seus parlamentares representantes no Parlamento do Mercosul, pelo voto direto, universal e secreto.

Com relação ao cumprimento da primeira etapa, em 20 de abril de 2008, o Paraguai foi o primeiro a eleger seus representantes para o Parlamento, cabendo à Argentina e Uruguai a continuidade do processo eleitoral em 2009 e, finalmente, em 2010, o Brasil terá sido o último dos Estados Nacionais a eleger seus representantes. E desta forma, estará finalizada a primeira etapa de transição.

Os temas concernentes à sua composição e à eleição direta para o novo parlamento foram os que suscitaram as maiores dificuldades para alcançar consenso, apresentando-se a adoção de prazos como a solução de maior viabilidade prática e política naquele momento.

Uma questão ainda indefinida deverá suscitar fortes debates, uma vez que em etapas anteriores houve dificuldades de consenso, diz respeito à forma de representação que será adotada em definitivo na segunda etapa do Parlasul. A questão que se coloca vem da enorme disparidade numérica existente entre as populações dos países membros, a exemplo dos três milhões de habitantes no caso do Uruguai e dos 180 milhões no caso do Brasil. A proporcionalidade representativa defendida por alguns não superaria o déficit de representação paritária defendida por outros.

Voltando ao eixo deste trabalho, diante do dilema que será enfrentado pelos negociadores do sistema representativo eleitoral do Parlamento do Mercosul indaga-se: terá a mídia um papel a cumprir no sentido de informar aos cidadãos, que serão os sujeitos deste sistema, sobre os parâmetros e princípios estabelecidos para este debate, de modo inclusive, a permitir que ele participe e contribua para a decisão final? Acreditamos que sim. Mas, como

---

<sup>8</sup> Protocolo Constitutivo – disponível em [http://www2.mre.gov.br/dai/m\\_6105\\_2007.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/m_6105_2007.htm)

veremos mais adiante, a mídia brasileira, e em geral a mídia internacional, não está atenta às questões sobre representação política de cidadania regional para os cidadãos do Mercosul. Ressalte-se, no entanto, que embora com limitações de sua abrangência, o papel de informar sobre a temática em torno do Parlamento do Mercosul está sendo cumprido de forma quase que regular pelos veículos de imprensa que compõem a estrutura de Comunicação do Legislativo Brasileiro, com especial destaque para os do Senado Federal, que realiza cobertura sistemática de todas as sessões do Parlamento.

Importante observar que o desinteresse demonstrado pela mídia privada quanto ao Parlamento do Mercosul não faz eco na academia. Ainda que de forma incipiente, o Parlasul tem motivado significativas pesquisas na área acadêmica que fundamentam de valores teóricos a construção de um processo democrático transparente e participativo no âmbito da integração promovida pelo Mercosul. Exemplo disto é o relevante trabalho realizado por Maria Cláudia Drummond, também consultora do Senado brasileiro, para sua tese de doutorado pela Universidade de Brasília. Além da análise da presença de outros blocos e parlamentos regionais no processo das relações internacionais surgidas a partir da globalização e da integração, o estudo aponta para o Parlamento do Mercosul a condição de contribuir para a redução do déficit democrático da região. De igual proposta, Maria Helena Martins, em trabalho realizado para o Curso de Ciência Política da Universidade de Brasília, mostra a participação da sociedade brasileira no Parlamento do Mercosul.

Neste sentido, é importante ter em mente que a academia e a imprensa ocupam espaços diferentes na esfera pública. Uma não supre a lacuna da outra. A academia, entretanto, poderá explicar o trabalho da mídia. É neste veio que se direciona este trabalho, que pretende utilizar a fundamentação teórica para observar que a ausência da mídia brasileira em torno das questões que envolvem o Parlamento do Mercosul não contribui para que a sociedade possa perceber seu espaço de atuação fora dos limites da nacionalidade. E desta forma não contribui também para o desenvolvimento comum das coletividades envolvidas.

#### **4. O PAPEL DA IMPRENSA**

Veículos de comunicação como jornais, rádio, televisão e agora, sobretudo, os meios eletrônicos como a internet, atuam de forma eficaz na formação da opinião pública dentro no espaço apresentado por Habermas (1997) como esfera pública. Mesmo depois de rever seu conceito inicial que definia esfera pública como um espaço onde os cidadãos privados se estabelecem como um público para debater as questões e influenciar os processos de decisão

política, Habermas reafirma a influência da mídia na formação da opinião pública e apresenta, nos dias atuais, como uma *rede altamente complexa que se ramifica em uma variedade de arenas internacionais, nacionais, regionais, locais e sub-culturais que se interpenetram nas sociedades contemporâneas*. (idem: p. 373).

A velocidade e os avanços tecnológicos registrados no setor das comunicações levam a constantes revisões sobre as possibilidades e o alcance da informação, tornando-se imperativo repensar a comunicação na esfera pública como indica Serra:

*Transformações significativas na vida pública indicam a necessidade de repensar a comunicação e as influências sobre a produção de notícias sob um novo quadro de referencia teórico: a esfera pública internacional. Central nesse quadro é o papel das organizações não governamentais que se constituem em redes transnacionais, cujas vinculações ao nível das bases locais facilitam o seu papel como sensores de advertência, de um lado e de outro suas conexões ao nível global e seus recursos e capacidades para sensibilizar a mídia e a opinião pública internacionais garantem sua participação no debate público e ampliam as possibilidades de conseguir um lugar na agenda para as questões por elas patrocinadas (Serra, 1993, 1996, 1999a b). Isto se dá em um contexto de crescentes fluxos de mídia além fronteiras, possibilitados pela televisão via satélite e pela Internet, e de tendências de governança global- Commission on Global Governance, 1998. (SERRA, 2000)*

No entanto, todo e qualquer avanço da tecnologia ou revisão conceitual empírica do papel dos veículos de comunicação será nulo se temas relevantes para a sociedade civil estiverem fora do foco de interesse desses veículos. Este trabalho se dispõe a mostrar que a mídia brasileira, a que poderia proporcionar maior influência no processo de integração regional por conta das dimensões geográficas e populacionais do país no bloco – e sua relativa influência no espaço das relações de integração, não contribui para uma discussão dentro da esfera pública que possa permitir a formação de uma opinião pública consciente de seu papel nas decisões políticas de âmbito regional e a construção do sentimento de uma cidadania que ultrapasse os limites da nacionalidade. Neste caso, o Parlamento do MERCOSUL seria uma esfera de representação de cidadãos “mercosulinos”, na expressão cunhada pelo ex-presidente da Comissão Conjunta Parlamentar do Brasil no MERCOSUL, Senador Sérgio Zambiasi. A própria representação e atuação do Parlamento voltada para questões de interesses dos cidadãos “mercosulinos”

poderia ser um estímulo à criação de um sentimento de identidade regional que, segundo SANT'ANNA(2001) se impõe mais pelas diferenças:

*a identidade que compartilhamos se baseia num sistema de representação cultural<sup>9</sup>. Formamos uma comunidade simbólica que pode gerar um sentimento de identidade e de lealdade.<sup>10</sup> Nas palavras de Darcy Ribeiro formamos uma macroetnia<sup>11</sup>, o elo de amarração desta identidade<sup>12</sup>. Por outro lado, aquilo que mais nos identifica não é exatamente o que temos em comum entre nós, mas sim aquilo que nos diferencia, enquanto grupo, dos demais povos do planeta. Criamos uma cultura homogênea, elemento fundamental para a construção dos sentidos, de um discurso com podemos nos identificar, com os quais é possível construir a nossa identidade. Uma identidade latino-americana<sup>13</sup>, uma latinidade<sup>14</sup> (HALL,1993; RIBEIRO, CHAUI, 2000 apud SANT'ANNA)*

Habermas admite que a opinião pública é capaz de influenciar o complexo parlamentar de modo a modificar o rumo do poder. Para ele, o sistema político acompanha a opinião pública e age de acordo com ela. Ele observa ainda, que a influência desta opinião pública pode se expandir para espaços cada vez mais amplos por conta do alcance da mídia.

*As esferas públicas ainda estão muito ligadas aos espaços concretos de um público presente. Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 2003, p.84).*

Ao destacar Rousseau como o primeiro filósofo a cunhar a expressão “opinião pública”, NOVELLI (1999, p.82) aposta na liberdade de imprensa como o que tornará transparente a administração pública, o que implica necessariamente o acesso do povo a todas as informações que dizem respeito ao funcionamento dos poderes públicos. Ela destaca o

---

<sup>9</sup> Grifo do autor

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> idem

<sup>13</sup> idem

<sup>14</sup> idem



papel dos meios de comunicação de massa no processo de formação da opinião por serem os principais agentes de disseminação das informações na atualidade. O que amplia a esfera pública é a massificação da informação que permite maior acesso às informações, antes restritas um pequeno grupo de indivíduos.

Bobbio também defende a publicidade das ações de governo para que haja controle público do poder e a livre formação de uma opinião pública:

*O caráter público do governo representativo é ressaltado quando o autor argumenta que nos casos em que a assembléia é a reunião dos representantes do povo, e então a decisão seria pública apenas para estes e não para todo o povo, as reuniões da assembléia devem ser apenas para estes e não para todo o povo, as reuniões da assembléia devem ser abertas ao público de modo que qualquer cidadão a elas possa ter acesso. (BARROS; BERNARDES; LEMOS, 2008)*

Mas, ao contrário do que ocorre na academia, onde o Parlamento do Mercosul vem despertando considerável interesse para estudo de variados aspectos de sua significação para as sociedades dos países membros, a mídia e os veículos de comunicação em geral, ainda não abriram seus espaços e não contribuem para que os cidadãos vejam o Parlamento como instância de defesa de seus interesses. A omissão da mídia, entretanto, é antes um desprezo cultural pelos assuntos regionais que uma má vontade com relação ao tema. (SANT'ANNA, 2005).

O estudo recente que refez a pesquisa do livro “*O Mercosul na Imprensa do Mercosul*”<sup>15</sup> (1995), levou os pesquisadores a concluir que dezoito anos depois o bloco continua ausente da mídia mundial e o reduzido espaço destinado ao tema relaciona-se, prioritariamente, às questões econômicas<sup>16</sup>.

O professor José Marques de Melo, coordenador da pesquisa realizada para o primeiro livro, constata na apresentação do segundo, que a tendência verificada no primeiro estudo permaneceu inalterada: “*o Mercosul permanece ausente da agenda jornalística, nesta primeira década do novo século, tal como observamos no último decênio do século passado*” (Melo, 2008).

---

<sup>15</sup> O livro MERCOSUL – SOB OS OLHOS DO MUNDO, 2008, organizado sob coordenação da Reunião Especializada do MERCOSUL (RECS) para a área de Comunicação, editado pela Universidade Federal de Pelotas será lançado em novembro, período em que será apresentado este trabalho.

<sup>16</sup> O levantamento dos pesquisadores teve abrangência global: foi analisado a relação com o Mercosul na imprensa de países desenvolvidos e envolvidos em seus próprios processos de integração como os da Europa na União Européia, os Estados Unidos no Nafta, além dos países latino-americanos e dos países integrante do bloco.

É mister observar que em países integrantes do bloco os espaços de mídia destinados ao Mercosul são mais generosos que os que estão mais distantes da geopolítica da região. Ainda assim, na mídia do Mercosul apenas 1,88% - menos de dois por cento do noticiário - são ocupados por temas relativos ao Mercosul. (GOBBI, 2008).

Toda a região da América Latina é subjugada pelos interesses jornalísticos. O jornalista Francisco Sant'Anna (2001) afirma que a América Latina é tema fora da pauta para os veículos de imprensa mundial e, em igual dimensão, para os jornais brasileiros. Em quatro pesquisas realizadas nas edições dos principais periódicos brasileiros, no período de 1990 a 1994, o jornalista constatou que América Latina ocupa o 10<sup>a</sup> lugar no ranking do espaço do noticiário, mas o Mercosul, enquanto instituição, é ainda mais desprezado pela mídia, ocupando o 17<sup>a</sup> lugar no ranking de notícias publicadas no país. (SANT'ANNA, 2001)

#### **4.1 A mídia brasileira e o Parlasul**

Se a motivação econômica do Mercosul não foi até agora capaz de despertar a imprensa, seria pouco provável que ao Parlasul fosse dado outro tratamento. O tratamento dado pela mídia ao Parlamento reflete uma tendência de desprezo aos temas relativos à América Latina e ao próprio Mercosul. Assim, o Parlasul é igualmente um tema fora da pauta na mídia brasileira. Somente na chamada mídia institucional, em particular os veículos de comunicação do Senado e da Câmara dos Deputados, é que o Parlamento recebe espaços mais significativos, resultado de ampla e sistemática, porém ainda não obrigatória, cobertura realizada pelo Jornal, pela TV e pela Rádio Senado em todas as sessões realizadas pelo Parlamento do Mercosul. Além da publicação em seus respectivos veículos, o material produzido pelas equipes do Senado tem efeito multiplicativo e poderia ser aprovado pelos jornais comerciais uma vez que é disponibilizado gratuitamente na Agência Senado.

Como veremos mais adiante, a Câmara dos Deputados, embora apenas esporadicamente envie jornalistas para a cobertura das sessões do Parlamento, também mantém o tema em evidência em alguns de seus veículos ao utilizar as matérias e informações produzidas pelo Senado ou para reproduzi-las na íntegra ou para servir de subsídio para a produção de novas matérias que repercutam temas ou decisões do Parlamento.

#### **4.2 As sessões do Parlasul**

O Parlamento do Mercosul realizou até a data de finalização deste trabalho, ( novembro de 2008), 14 (quatorze) sessões ordinárias, entre algumas outras extraordinárias, em que constaram na pauta os mais diversos temas e contaram com a presença de autoridades executivas do Mercosul como chanceleres e ministros de países como Brasil e Argentina. As sessões ocorrem geralmente às segundas e terças dentro do período estipulado para os encontros, em Montevideú, na sede do Parlamento do Mercosul. Até hoje, apenas duas reuniões ocorreram fora de Montevideú sendo uma no Brasil e outra na Argentina.

Em 7 de maio de 2007 o Parlamento realizou a sua primeira sessão com a presença de todos os membros representantes dos países signatários. Atualmente o Parlamento possui um sistema paritário de representação sendo que cada país tem um total de 18 representantes que, ao assumirem suas funções no Parlamento regional, são reconhecidos apenas como “parlamentar ou parlamentarí”, independente do fato de ser senador ou deputado em seu país de origem. A Venezuela, ainda como país observador, participa das sessões com 9 parlamentares sem direito a voto.

#### **4.2.1 Comissões: Brasil à frente de temas importantes**

Na 5ª sessão do Parlamento em Montevideú, de 3 e 4 de setembro de 2007, em Montevideú, foram definidas as comissões com seus respectivos presidentes e membros. As comissões são divididas por temas, assim como acontece com as comissões da Câmara e do Senado Federal no Brasil. Ao todo, são 10 (dez) comissões divididas entre: (1) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; (2) Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; (3) Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo; (4) Assuntos Jurídicos e Institucionais; (5) Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social; (6) Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico; (7) Orçamento e Assuntos Internos; (8) Cidadania e Direitos Humanos; (9) Assuntos Interiores, Segurança e Defesa; (10) Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos e Agricultura, Pecuária e Pesca.

Nesta 5ª sessão, o Brasil foi eleito para ocupar três presidências, além de duas outras vice-presidências de comissões. A Senadora Marisa Serrano ocupa a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; o Deputado Cezar Schimer preside a Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; o Deputado José Paulo Tóffano preside a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo; além dos Senadores

Romeu Tuma e Inácio Arruda, eleitos como vice-presidentes das Comissões de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa e de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos e Agricultura, Pecuária e Pesca, respectivamente.

Segundo a professora de História da Universidade de Brasília, Albeni Carmo de Oliveira, (2008, entrevista oral) a eleição do Brasil para ocupar três presidências das 10 possíveis dentre as comissões (além de duas vice-presidências), somado ao fato de o país estar à frente da presidência *pró-tempore* do Mercosul no quadriênio de 2008-2012, reflete não apenas uma certa “força política e econômica do Brasil no cenário da América do Sul”, mas também a possibilidade de, pelos próximos 4 anos, o país atuar como força hegemônica da região<sup>17</sup>, guiando decisões importantes do mercado, mas sempre tomando cuidados para que essa hegemonia não adquira um caráter de dominação e coerção regional, o que levaria ao fracasso do bloco.

Neste primeiro momento, até a concretização do Parlamento e as primeiras eleições para as cadeiras, os membros foram escolhidos entre os integrantes dos parlamentos nacionais (como é o caso do Brasil, que possui representação no Parlamento Mercosul hoje através da Comissão Mista do Congresso Nacional para a Representação Brasileira no Parlamento Mercosul, presidida pelo Senador Aloízio Mercadante – PT/SP e composta por 9 deputados e 9 senadores, totalizando as 18 vagas referentes ao Brasil).

Já em um segundo momento, está prevista a conclusão da etapa definitiva do Parlamento, onde a partir de 2014, os representantes deverão ser eleitos por voto direto em eleições simultâneas em todos os países do bloco.

#### **4.2.2 As sessões estudadas**

A título de estudo foram selecionadas quatro sessões específicas dada a sua relevância dentro das realizações do Parlamento. A saber:

a) A primeira Sessão considerada foi a de instalação do Parlamento, realizada ao final de 2006 no Brasil, no plenário do Senado Federal em Brasília. Também conhecida como Marco Zero sobre a consolidação do Parlamento, esta sessão teve o caráter de iniciar a construção do espaço Político-parlamentar do bloco do Mercosul, cumprindo a cláusula do acordo assinado em 2004 que obrigava a instalação do Parlamento Mercosul até o final de 2006.

---

<sup>17</sup> Hegemonia do conceito de Giovanni Arrighi: “capacidade de um estado exercer função de liderança e governo em determinada região ou em um sistema interestatal”

b) A segunda Sessão diz respeito a efetiva instalação e inauguração do Parlamento do Mercosul que contou pela primeira vez com a reunião de todos os membros componentes do parlamento, em maio de 2007 em Montevideu. .

c) A terceira sessão diz respeito à X Sessão, referente à reunião do Parlamento realizada fora de Montevideu, na cidade de Tucumã na Argentina em junho de 2008.

d) E a quarta e última sessão selecionada diz respeito à XII Sessão, realizada em agosto de 2008 e que contou com a presença do chanceler brasileiro, Celso Amorim.

### **4.2.3 Escassez de material limita a pesquisa**

Ao decidirmos pelo tema desta pesquisa empírica e buscarmos, previamente, algum material jornalístico que ajudasse a fundamentar nossa hipótese imediatamente constatamos um vazio, uma total ausência de material jornalístico, na maior parte do período que pretendíamos pesquisar<sup>18</sup>. É interessante observar que para dar maior consistência à pesquisa, no sentido de ter mais elementos comparativos a observar, obrigamo-nos a reduzir o *corpus empírico*.

Ao observar que o Parlasul era um tema ausente das páginas dos jornais impressos do Brasil, até mesmo quando da realização das sessões plenárias da instituição, optamos, então, por analisar o material jornalístico publicado apenas em 4 (quatro) sessões parlamentares, que por si só representavam um fato extraordinário capaz de atrair o interesse da imprensa.

O Parlasul, que se propõe a ser uma instituição representativa de direito e uma instituição que supostamente deverá atender aos interesses das sociedades dos países do Mercosul e, em última instância, aos seus cidadãos, não é visto como tal pela imprensa dada a carência de cobertura jornalística pelos meios. Por sua vez, e por sua omissão, a imprensa não colabora com o cidadão no sentido de, ao cumprir seu papel de formadora de opinião, permitir que ele possa identificar na jovem instituição uma instância de defesa de seus direitos numa esfera ampliada de sua cidadania nacional.

Em pouco mais de um ano após sua instalação protocolar e do início de seus trabalhos parlamentares, na sessão de 7 de maio de 2007, em Montevideu, o Parlasul manteve a tendência de ser ignorado por grande parte dos veículos da mídia impressa brasileira. A mesma tendência registrada pelo próprio Mercosul de 1990 a 1994, que dispõe de espaços

---

<sup>18</sup> inicialmente este projeto previu a análise do noticiário sobre o Parlamento do Mercosul em seu primeiro ano de funcionamento.

inferiores aos destinados a países de menor peso econômico na América Latina em comparação ao bloco econômico como Haiti, Panamá e Equador (SANT'ANNA, 2001).

À tendência de não ser considerado tema prioritário para a imprensa, somam-se outras como as de que temas comerciais, financeiros e econômicos do Mercosul despertam muito maior interesse aos jornais e aos jornalistas do que questões socioculturais e manifestações da sociedade civil relativas ao processo de integração (MELO, 1997 apud GOBBI 2008). O foco de interesses nessas áreas, em detrimento à área política, tornaria o Parlamento tema de ainda menor importância para a imprensa do que o já reduzido interesse demonstrado pelo Mercosul.

Por estas razões optamos por tomar como base para a pesquisa, como já anunciamos, 4 (quatro) sessões emblemáticas do Parlamento do Mercosul. Vale ressaltar que sessões ordinárias, sem ocorrência de nenhuma anormalidade, neste primeiro ano de funcionamento do Parlamento, não têm recebido qualquer espaço na imprensa, com exceção do *Jornal do Senado* e da *Agência do Senado*.

### **4.3 O clipping da representação brasileira**

É na rede de computadores web que se encontra o mais completo arquivo sobre as sessões do Parlamento do Mercosul, organizado e publicado pela Comissão de Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no portal da Câmara dos Deputados. Trata-se de um *clipping*<sup>19</sup> de notícias que reúne diariamente as matérias jornalísticas publicadas sobre o Mercosul, incluindo o Parlamento, nos principais jornais brasileiros e cinco outros publicados nos países membros que permitem acesso on-line gratuito: *El Clarín* e *La Nación*, na Argentina, o *ABC Color* no Paraguai, o *El País* no Uruguai e o *El Universal*, na Venezuela. Os brasileiros que são diariamente disponibilizados no clipping são: a *Folha de São Paulo*, o *Estado de São Paulo*, o *Globo*, a *Gazeta Mercantil*, o *Valor Econômico*, o *Correio Braziliense*, além do *Jornal da Câmara* e do *Jornal do Senado*.

Paradoxalmente o clipping da comissão não é feito nem foi criado por jornalistas. Sua organização está sob a responsabilidade do Secretário da Comissão de Representação da Brasileira no Mercosul, Antonio Ferreira Costa Filho. Três funcionários da comissão realizam o Clipping de segunda a sexta-feira. Os funcionários não são jornalistas e cumprem outras tarefas na organização administrativa da comissão, portanto, não trabalham exclusivamente na

---

<sup>19</sup> define o processo de selecionar [notícias](#) em [jornais](#), [revistas](#), [sites](#) e outros [meios de comunicação](#), geralmente impressos, para resultar num apanhado de recortes sobre assuntos de total interesse de quem os coleciona.

elaboração do clipping. A criação do clipping foi uma exigência do Deputado Paulo Bornhausen Filho que presidiu a então Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul no Brasil, no período de 1997-1999.

Inicialmente o *clipping* selecionava todas as matérias relativas à América do Sul e, posteriormente, evoluiu para um clipping mais especializado, com foco mais voltado para o Mercosul, atualmente incluindo também todas as matérias sobre o Parlamento do Mercosul. A opção pela seleção de matérias através dos sítios dos jornais com acessos on-line gratuitos é devido ao fato de a Comissão não dispor de verba para a contratação de serviços especializados de *clipping* nem para a compra de jornais impressos. A seleção eletrônica de matérias passou a ser feita a partir de 2001. Antes, desde 1996 quando o *clipping* começou a ser realizado, a seleção se dava através de um processo mais artesanal, com recorte das matérias das páginas dos jornais mas, apenas os brasileiros eram incluídos. Desde o início a pesquisa é realizada em todas as editorias, em busca de toda e qualquer citação do Mercosul, do Parlamento do Mercosul e ainda temas que, embora não envolvam diretamente o Mercosul, sejam de interesse das relações comerciais do bloco. O clipping também seleciona as matérias de cunho político, sobretudo, as relativas às relações bilaterais entre países do bloco.

O clipping da Comissão de Representação do Parlamento Brasileiro no Parlamento do Mercosul, atualmente é disponibilizado também no sítio do Parlasul, através da Agência do Mercosul. O material é distribuído ainda para as embaixadas brasileiras no mundo, para as representações do Brasil junto a organismos internacionais e para as embaixadas dos países membros do Mercosul em Brasília. O Secretário Antonio Ferreira Costa Filho observa que existe um público, embora específico, ávido de informações sobre o Mercosul e sobre o Parlamento e que isto pode ser constatado em função de atrasos mínimos na divulgação do *clipping* diário. Segundo ele, atrasos de 10, 15 minutos, são capazes de provocar grande número de telefonemas e de e-mails para a sede da Comissão no prédio da Câmara dos Deputados, em Brasília.

O clipping da Comissão foi a mais ampla e completa fonte que encontramos para a pesquisa relativa às publicações jornalísticas para a elaboração deste trabalho.

Abaixo seguem demonstrativos de ocorrências de matérias sobre o Parlamento, tendo como base o *clipping* da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. É importante notar que não apenas estão sendo consideradas matérias vinculadas em mídias nacionais, como também são levadas em contas as mídias internacionais dos países da América do Sul que compõem o bloco do Mercosul.

**Tabela 4.1 - Demonstrativo referente à cobertura geral das quatro sessões escolhidas nos meios de comunicação<sup>20</sup>.**

<b>Jornal</b>	<b>País</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Datas</b>
El Universal	Venezuela	2	20/08/2008 e 30/06/2008
El Clarín	Argentina	1	30/06/2008
La Nación	Argentina	1	19/08/2008
Correio Braziliense	Brasil	2	08/05/2007
Jornal do Brasil	Brasil	1	14/12/2006
Gazeta Mercantil	Brasil	2	14/12/2006 e 19/08/2008
Estado de São Paulo	Brasil	2	19/08/2008 (2x)
Jornal do Senado	Brasil	8	12 e 14/12/2006; 09/05/2007; 27 e 30/06/2008; 01/07/2008; 19/08/2008; 20/08/2008
Jornal da Câmara	Brasil	12	13 e 14/12/2006; 07, 08 e 09/05/2007; 20, 26 e 27/06/2008; 01/07/2008; 18, 19 e 20/08/2008.

**Tabela 4.2<sup>21</sup> - Demonstrativo referente à cobertura dos meios de comunicação a cada sessão do parlamento selecionada.**

<b>Jornal</b>	<b>Sessão I</b>	<b>Sessão II</b>	<b>Sessão X</b>	<b>Sessão XII</b>
El País	<b>x</b>			
El Universal			<b>x</b>	<b>x</b>
El Clarín			<b>x</b>	
La Nación				<b>x</b>
Correio Braziliense	<b>x</b>	<b>x</b>		
Jornal do Brasil	<b>x</b>			
Gazeta Mercantil	<b>x</b>			<b>x</b>
Estado de São Paulo				<b>x</b>
Jornal do Senado	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>
Jornal da Câmara	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>

#### **4.4 Análise das matérias**

##### **4.4.1 Marco zero: descrédito à nova instituição**

A sessão de instalação do Parlamento do MERCOSUL deveria, por si só, despertar o interesse dos jornais para noticiá-la. Pelo menos sob o ponto de vista jornalístico e em observação ao conceito de notícia: *“de que um fato para virar notícia deve possuir uma*

<sup>20</sup> Fonte: Comissão Mista do Congresso Nacional da Representação Brasileira no Parlamento Mercosul.

<sup>21</sup> Fonte: Comissão Mista do Congresso Nacional da Representação Brasileira no Parlamento Mercosul.



*natureza social e não deve ser, em tese, corriqueiro*” (TRAQUINA apud SANT’ANNA, 1993. p.27). A sessão, ocorrida no plenário do Senado brasileiro, reuniu a um só tempo os presidentes de todos os parlamentos nacionais dos países membros do Mercosul, os presidentes da Câmara e do Senado do Brasil e o Presidente da República do Brasil que só comparece ao Congresso Nacional em ocasiões muito especiais ou em algumas poucas previstas pela Constituição. Foi uma sessão solene, com todos os rigores protocolares exigidos pela presença de um Chefe de Estado a uma Casa Parlamentar e pela presença dos chefes das instituições congêneres dos países integrantes de um mesmo bloco econômico.

O tom que seria dado a nova instituição pela mídia brasileira já podia ser sentido nas primeiras matérias publicadas sobre o assunto. À véspera da instalação do Parlamento do Mercosul, no dia 14 de dezembro de 2006, os dois jornais que noticiaram a solenidade que ocorreria no dia seguinte, deram um enfoque negativo à notícia e induziam ao descrédito à nova instituição.

No *Correio Braziliense*, em matéria intitulada “Parlamento estréia sob ameaça”, o jornalista Cláudio Dantas Sequeira, faz uma previsão sinistra para a nova instituição e para a solenidade de inauguração que ainda iria ocorrer no dia seguinte. Ele iniciou seu texto afirmando que *o Parlamento do Mercosul nasce numa sessão com ares de velório, diante da ameaça da Comunidade Sul Americana de Nações – Casa - de criar seu próprio parlamento*. E atribui a isto uma vitória do presidente venezuelano Hugo Chávez que “*em mais uma rasteira na diplomacia brasileira havia pedido o sepultamento do bloco*”.

O mesmo *Correio Braziliense* publica em nota de redação, de dois parágrafos, uma referência ao discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na abertura da 1ª Cúpula Social do Mercosul, em que afirma que a instalação do Parlamento do Mercosul marca uma nova fase do bloco regional: *O Mercosul não é exclusivamente do mercado e do comércio*, destaca a nota na única linha sobre o Parlamento.

O *Jornal do Brasil* traz matéria no Caderno Internacional, que, embora correta do ponto de vista de informações sobre o funcionamento e os mecanismos de constituição do novo Parlamento, já no *lead*<sup>22</sup> evidenciava o descrédito ao bloco. Ao afirmar que o nascimento do Parlamento do Mercosul era uma tentativa de aproximar os cidadãos do bloco sul-americano, o matéria destacava um teor negativo ao que chamou de ideal da integração “*até agora estancado por questões econômicas e desavenças políticas entre os Estados-*

---

<sup>22</sup> é, em [jornalismo](#), a primeira parte de uma [notícia](#), geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao [leitor](#) a [informação](#) básica sobre o [tema](#) e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa “[guia](#)” ou “o que vem a frente”.

*membros*”. A matéria também poderia provocar certa confusão no leitor por, no decorrer do texto, referir-se ao Parlamento do Mercosul como “a Casa”. Confusão que se justificaria por existir, também no âmbito da integração regional, a Comunidade Sul Americana de Nações cuja sigla é Casa, o que poderia induzir o leitor a acreditar que as duas instituições fossem a mesma coisa. “*A Casa, que vai se reunir uma vez por mês, será integrada por 90 deputados - 18 de cada nação - num primeiro momento membros das comissões a cargo de assuntos de Mercosul nos respectivos Congressos. Mas em 2011 deve assumir o novo Parlamento, com integrantes escolhidos por voto em eleições diretas nacionais*”, dizia a matéria.

Uma única matéria sobre a região, publicada no mesmo dia 14 no Caderno Internacional da *Gazeta Mercantil*, destaca o conflito entre Argentina e Uruguai sobre a instalação de 2 fábricas de celulose entre os dois países e apenas faz uma referência à instalação do Parlamento do Mercosul numa única linha no pé da matéria.

#### **4.4.2 Nasce o novo Parlamento**

No dia da instalação do Parlamento, apenas 5 (cinco) jornais brasileiros publicaram matérias sobre o fato. O *Jornal do Senado*, mesmo sem ter feito uma edição exclusiva, trouxe o mais completo e didático material, com manchete e foto de primeira página e mais onze matérias nas páginas internas que detalhavam a sessão inaugural, os discursos dos parlamentares e os caminhos e trâmites que o novo parlamento iria percorrer para alcançar o funcionamento pleno. Entre os jornais impressos da mídia privada brasileira, sete noticiaram a instalação do Parlasul mas somente o *Correio Braziliense*, o *Jornal do Brasil* e o *Jornal Zero Hora* dedicaram espaços exclusivos ao assunto. A *Folha de São Paulo*, o *Globo*, o *Estado de São Paulo* e o *Valor Econômico* incluíram o tema em matérias que tratavam de outros assuntos como União Européia (*Folha de São Paulo*), Alca (o *Estado de São Paulo*) e a chamada guerra da celulose que à época merecia grande destaque da imprensa, sobre a disputa entre a Argentina e Uruguai para a instalação de uma fábrica de celulose. A matéria do *Valor Econômico* referia-se à sessão do Parlamento em apenas uma linha somente para citá-la como referência de local onde o Presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, não havia comentado a disputa entre os dois países do bloco, isto é, havia se omitido no conflito entre Argentina e Uruguai.

Fora do Brasil, a imprensa privada de outros Países do Mercosul também noticiou, sem destaque, a sessão inaugural. O Jornal de maior circulação<sup>23</sup> da Argentina, El Clarín<sup>24</sup>, em matéria assinada pela “enviada especial” a Brasília, Eleonora Gosman, também destacou a questão das “papeleiras” e apenas nos dois últimos parágrafos referiu-se à inauguração do parlamento mas somente para destacar o discurso do Presidente Lula sobre a unidade do bloco.

Os jornais *ABC-Color*, do Paraguai, e *El Universal*, da Venezuela, também publicaram matérias tratando exclusivamente da inauguração sendo que o paraguaio publicou texto da *Agência Reuters* e o venezuelano não publicou a fonte de suas informações e também não assinou a matéria.

A diferença de cobertura realizada pelos jornais do Senado e da Câmara dos Deputados evidenciava-se pelo “tom” das matérias mais didáticas, mais explicativas e mais abrangentes nas informações. Ao anunciar a sessão de instalação que se realizaria no dia seguinte com a presença do Presidente da República, os dois jornais divulgavam dados econômicos do bloco: (...) *em conjunto, um produto interno bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão...*(*Jornal do Senado*), ...*a corrente de comércio entre os integrantes do bloco, que era de pouco mais de 4,5 bilhões de dólares (R\$ 9,765 bilhões em valores atuais) em 1991 e alcançou quase 19 bilhões de dólares (R\$ 41,23 bilhões) entre janeiro e outubro deste ano...*(*Jornal da Câmara*); informavam sobre a sede permanente em Montevideu, explicavam como seria a composição e a função do novo parlamento:(...) *terá como principal função facilitar a execução dos acordos regionais entre esses países e zelar por sua efetiva atuação, além de ser um fórum permanente de debate dos problemas que eles enfrentam.*”(JS) e “*servirá de caixa de ressonância para os anseios e preocupações dos diversos setores da*

---

<sup>23</sup> O Clarín é o principal jornal da Argentina e o Grupo que representa se faz presente em todos os mercados relacionados à comunicação e telecomunicações, com exceção da telefonia básica, sendo que na maioria dos casos alcança posição dominante. O Clarín encabeça a venda de períodos chegando a cerca de 427,9 mil exemplares por dia enquanto o segundo lugar, o La Nación, vende cerca 175,3 mil.

<sup>24</sup> *Ayer, durante la ceremonia de oficialización del Parlamento del Mercosur, Lula dijo que ese hecho "es una demostración más de su vitalidad". A su juicio, esto "desmiente las voces pesimistas que anuncian una crisis, cuando no la desaparición del bloque. Lula trató de bajar los decibeles de las tensiones. Si bien para Brasil sería un drama la salida de Uruguay del bloque sudamericano, no deja de ser cierto que puestos frente a frente, el gobierno de Lula privilegia la relación con Argentina. (El Clarín, Sección El País, Argentina, **Papeleiras: Tabaré ahora amenaza con no ir a la cumbre del Mercosur,**( 15/12/2008)*

*sociedade civil e, ao mesmo tempo, será o canal de comunicação entre as populações e as instâncias negociadoras da integração.” (JC).*

As matérias também mostravam que a instalação do parlamento ampliava a integração para eixos além do econômico: *A nova estrutura é vista por alguns analistas como o principal movimento rumo à integração política da região, desviando ligeiramente o processo do viés comercial que teria predominado nos primeiros anos de união (JS),( ...) é uma possibilidade de integração diferente daquela vivida nos anos 90, quando havia um paradigma neoliberal, centrado no comércio (JC).*

O Jornal da Câmara trazia ainda todo o roteiro da solenidade que ocorria no dia seguinte, antecipando nomes e cargos dos participantes estrangeiros e ampla entrevista com o deputado Dr. Rosinha, o então secretário-geral da Comissão Parlamentar Conjunta Mista do Mercosul. O jornal também repercutiu a instalação do novo parlamento junto a 14 líderes e vice-líderes de diferentes partidos brasileiros. Todos emitiram expectativas positivas como, por exemplo, *Bismarck Maia (PSDB-CE):*

*O Parlamento dá representatividade às populações e faz com que as demandas por integração sejam levadas aos governos dos países. É um espaço para discussão em profundidade dessas demandas. Além disso, o Parlamento, como instituição, pode fortalecer o bloco e cobrar o processo de consolidação dos governos do bloco.*

Assuntos tratados com ênfase pelos jornais privados, também se fizeram presentes na cobertura institucional. O *Jornal da Câmara* não se omitiu em tratar dos conflitos políticos que à época permeavam as relações entre Argentina e Uruguai que tanto destaque merecia nos jornais privados. Apontava o Parlamento como instituição capaz de resolver o conflito:

*...o fortalecimento comercial entre os países ao longo de uma década e meia não foi suficiente para dissipar conflitos de outras naturezas...a grave crise política entre o Uruguai e a Argentina - motivada pela construção de duas indústrias de celulose no lado uruguaio da fronteira - que expõe neste momento a inexistência de mecanismos eficazes para solucionar esse tipo de controvérsia no âmbito interno.*

As primeiras matérias registradas eram os primeiros sinais de que a cobertura dos jornais da mídia institucional iriam por caminho inverso ao dos jornais privados, isto é, sem omitir as

questões polêmicas ou negativas com relação ao processo de integração, cumpriam o dever de informar com isenção e correção sobre a nova instituição parlamentar.

#### 4.4.3 A 1ª Sessão de trabalho

A 1ª Sessão de Trabalho do Parlamento do Mercosul, ocorrida em 07 de maio de 2007 em Montevideu, foi também uma sessão solene e atípica por contar com a presença do chanceler brasileiro, Celso Amorim, e os presidentes das duas casas legislativas brasileiras: Arlindo Chinaglia, da Câmara dos Deputados, e Renan Calheiros, do Senado Federal. Ainda assim, o evento foi ignorado pela imprensa privada brasileira, obtendo espaço unicamente no *Correio Braziliense*.

E a partir desta primeira sessão de trabalho, começa a se evidenciar a tendência de que os veículos de imprensa oficiais do legislativo brasileiro teriam papel preponderante na divulgação da nova instituição. Foi através dos jornais institucionais da Câmara e do Senado brasileiros que o Parlamento ganhou espaços mais generosos, em matérias mais explicativas sobre suas funções e suas perspectivas de representação democrática para as sociedades e cidadãos da região.

No mesmo dia 07, a edição do *Jornal da Câmara* (dos Deputados do Brasil), anunciava a realização da sessão em Montevideu, com destaque para o início do funcionamento da nova instituição e a posse dos parlamentares que representariam seus países. No dia seguinte à sessão, os veículos impressos da Câmara<sup>25</sup> e do Senado<sup>26</sup> do Brasil

---

<sup>25</sup> *O novo parlamento é prova de que a cooperação entre os povos sul-americanos pode e deve transcender os interesses econômicos e contribuirá para o fortalecimento da democracia e de sua consolidação nos países do Mercosul, segundo Chinaglia. Ele enfatizou que a presença de parlamentares da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, como membros plenos, e da Venezuela, na condição de integrante em processo de adesão, "demonstra a força que terá este Parlamento supranacional como fórum dos interesses comuns, como representação legítima dos anseios dos cidadãos de nossos países nos assuntos referentes ao nosso crescimento conjunto". (Jornal da Câmara, edição de 8/05/2007)*

<sup>26</sup> *O Parlamento do Mercosul poderá ser a "melhor ponte" entre as demandas da população dos países que compõem o bloco e as suas instâncias decisórias, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. Em pronunciamento na sessão de instalação do novo órgão, em Montevideu, o senador disse que a representação parlamentar regional servirá como garantia de um processo de integração "mais aberto, participativo e transparente". (Jornal do Senado, edição de 08/05/2008: Renan: instituição fortalecerá a identidade política do bloco.)*

estampavam manchetes de primeira página, com amplas fotos, sobre a estréia do Parlamento do Mercosul, detalhando sua composição multinacional, nomeando os membros da mesa diretora e os passos seguintes e necessários a seu pleno funcionamento como, por exemplo, a definição do estatuto.

O papel que representaria a nova instituição, dentro do processo de integração, nas sociedades dos países membros do Mercosul ganhou destaque nas matérias em referência aos discursos dos respectivos presidentes, das duas casas legislativas.

*O Correio Braziliense*, que enviou o repórter Cláudio Dantas Sequeira à sessão de Montevideú, publicou matéria que se limitou a três parágrafos no caderno Mundo em que o destaque era para o discurso do chanceler brasileiro, Celso Amorim, criticando o pessimismo dos céticos que não acreditavam no bloco. A matéria também destacava o fato de o Parlamento do Mercosul não ter sede própria e ter realizado a sessão na sede do Parlamento do Uruguai. (*Correio Braziliense*, Caderno Mundo)

#### **4.4.4 Xª sessão: Brasil assume a Presidência**

Entre os dias 27 e 30 de junho, o *clipping* de notícias da Representação Brasileira permite constatar que o Mercosul ganhou generoso e inusitado espaço nos jornais dos países membros. Neste período, realizou-se na cidade de Tucumã, terra natal da presidenta argentina Cristina Kirchner, reuniões de cúpula de várias instâncias de representação do Mercosul, entre elas reunião dos chanceleres, dos diretores dos bancos centrais, dos ministros da economia, e a mais importante, dos chefes de Estados do bloco. O Parlamento do Mercosul realizou, também naquele local e período, sua 10ª sessão, em que, pela primeira vez, um parlamentar brasileiro assumiu a presidência do órgão.

As matérias que circularam nos jornais de fim de semana abordaram vários assuntos em torno da temática do Mercosul como questões comuns sobre segurança, conflitos de interesses bilaterais, a estratégica de aproximação do bloco com países do Oriente Médio, e até as dificuldades de acesso à pequena cidade argentina por conta de fortes chuvas ganharam destaque na imprensa.

---

Nesta sessão, o parlamentar brasileiro, Dr. Rosinha (PT-PR), tomou posse na presidência do Mercosul para comandá-lo pelo período de seis meses. O fato, mais uma vez, passou ao largo do interesse da chamada grande imprensa da região, cujos principais representantes enviaram correspondentes a Tucumã. Novamente, apenas os Jornais da Câmara e do Senado brasileiros davam destaque ao fato e traziam matérias que evidenciavam o pensamento e as diretrizes que seriam adotadas pelo novo chefe do Parlasul. O deputado Dr. Rosinha, novo Presidente do Parlamento, também motivou uma longa entrevista publicada no Jornal do Senado daquele dia, sinalizando, inclusive, que levaria à discussão propostas polêmicas como a de representação proporcional ao número de habitantes de cada país membro do bloco(o que até agora tem sido inaceitável para países como o Paraguai, por exemplo).

Há que se ressaltar que a decisão do Parlamento do Mercosul de repudiar a polêmica legislação aprovada pelo Parlamento Europeu, na mesma época, sobre migrantes ilegais naquele continente, foi alvo de referências em algumas matérias sobre os acontecimentos de Tucumã. Mas, a declaração do deputado Dr. Rosinha de que o Parlamento que passaria a presidir ainda *não era conhecido pelo “povo” do Mercosul*, mereceu espaço apenas no Jornal do Senado.

#### **4.4.5 XII Sessão: A presença do chanceler brasileiro**

A XIIª sessão, ocorrida nos dias 18 e 19 de agosto de 2008 em Montevideu, teve como fato extraordinário a presença do chanceler brasileiro, Celso Amorim. Supostamente, a presença do chanceler poderia atrair mais atenção da imprensa, sobretudo porque o período registrava inúmeros fatos políticos e econômicos de grande repercussão na América do Sul. Somente para citar alguns: o bispo católico Fernando Lugo havia tomado posse na Presidência do Paraguai, três dias antes, com a presença de vários dos presidentes dos países da região; a Bolívia havia decidido, por plebiscito, manter Evo Morales no poder ao mesmo tempo em que líderes de 5 regiões daquele país anunciavam greve geral contra seu governo; a Argentina anunciava desaceleração de seu crescimento econômico provocada por uma greve do setor agropecuário que já durava 4 meses; o Presidente brasileiro, Lula da Silva, anunciava que pretendia rediscutir o tratado binacional de Itaipu com o objetivo de promover uma revisão das tarifas de energia elétrica praticada entre Brasil e Paraguai; e em Genebra anunciava-se mais um fracasso nas negociações da Rodada de Doha.

Todos os temas acima citados motivaram matérias nos jornais brasileiros *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense*, *Estado de São Paulo*, *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil* e nos jornais *Clarín*, da Argentina, *ABC-Color*, do Paraguai, e *El Universal* do Uruguai. Mas, entre os veículos impressos os únicos que mencionaram a presença do chanceler Celso Amorim na sessão do parlamento do Mercosul foram o *Estado de São Paulo* e a *Gazeta Mercantil*, apenas para localizar onde foram feitas suas declarações sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, no caso do primeiro, e sobre a Rodada de Doha na *Gazeta Mercantil*. Nenhum deles publicou sequer uma linha sobre o conteúdo do discurso do Chanceler na sessão parlamentar nem sobre qualquer tema que tenha sido debatido pelos parlamentares.

#### **4.5 Balanço Preliminar**

Voltando ao objeto deste trabalho, de analisar de que forma a mídia brasileira pode ou não contribuir com a construção de um espaço de representação democrática de cidadania regional e, desta forma, contribuir para reduzir o déficit democrático no continente, podemos constatar, mais uma vez, com a observância da cobertura jornalística da XII<sup>a</sup> sessão do Parlamento do Mercosul, a acentuada diferença entre a cobertura realizada pela mídia privada convencional e a mídia chamada de institucional. Paradoxalmente, a mesma sessão onde esteve presente o Ministro Celso Amorim, foi noticiada pelos dois jornais institucionais de forma totalmente diferente, inclusive com a inclusão de temas que sequer foram citados pelos jornais privados.

Tanto o *Jornal da Câmara* quanto o *Jornal do Senado* destacaram em suas edições do dia 19 de agosto questões totalmente ausentes do material publicado pelos jornais da mídia privada, uma delas de cunho ambiental e duas de caráter econômico:

a) a decisão do Parlamento do Mercosul de tornar o problema da desertificação na região prioridade para o Mercosul; b) o repúdio às barreiras da União Européia à entrada da carne bovina do Mercosul na Europa; c) a eliminação da dupla cobrança da TEC, (Tarifa Externa Comum) entre os países do Mercosul. Entre os temas noticiados pelos jornais da Câmara e do Senado, este foi o único que motivou matéria em dos jornais privados, o Estado de São Paulo.



Podemos afirmar que os temas tratados na XIIª sessão que poderiam ser vistos como de maior interesse das sociedades dos países do Mercosul e, portanto, contribuir, de certa forma, para uma idéia de atuação regionalizada do Parlamento, só poderiam ser percebidos através da leitura dos jornais oficiais. A criação do “Observatório da Democracia do Parlasul” com o objetivo de acompanhar crises, situações e conflitos na região e até intermediar e propor negociações para evitar retrocessos democráticos na região, por exemplo, foi noticiado exclusivamente pelo *Jornal do Senado*. Outro tema que também só mereceu espaço no Jornal do Senado foi uma ação da Comissão de Educação do Parlamento no sentido de pedir informações a cada um dos países membros sobre prazos para a erradicação do analfabetismo. Os dados serviriam para uma análise sobre o problema na região e subsidiar proposta futura do Parlamento.

O Brasil, afinal, se constitui num paradoxo com relação à cobertura jornalística do Parlamento do Mercosul. Embora a imprensa privada não demonstre interesse pelo tema e raramente envie jornalistas para a cobertura das sessões parlamentares, acaba sendo o país onde os fatos do Parlamento encontram maior repercussão e espaço midiático. A razão disto é a grande estrutura comunicacional do Parlamento brasileiro. Em geral, como já foi ressaltado anteriormente, apenas o Senado brasileiro envia equipes jornalísticas para a cobertura do Parlamento do Mercosul e, além de publicar todo o material jornalístico produzido em todos os veículos de sua estrutura – agência, jornal, rádio e televisão – o material também poderá ser publicado, ou as informações serem aproveitadas, por outros veículos de comunicação do país, incluindo os da mídia privada, uma vez que por seu caráter institucional de comunicação pública, o Senado disponibiliza todo o material gratuitamente. A cobertura realizada pelo Senado brasileiro, portanto, acaba se transformando em “fonte de informação” para outros veículos, atuando como o que (SANT’ANNA, 2088) chama de “mídia das fontes” que *busca interferir no processo de construção da notícia (newsmaking) e na formação do imaginário coletivo, principalmente naquele do setor formador de opinião*. A divulgação das notícias sobre o Parlasul feita pelos veículos de comunicação do Senado possibilitam que as informações sobre o parlamento circulem mais amplamente no país ao serem reproduzidas por outros veículos. A própria Câmara dos Deputados mantém sua cobertura do parlamento utilizando em grande medida as matérias geradas pelos veículos do Senado Federal.

#### **4.5.1. Outras coberturas**

Outro veículo que se vale da cobertura do Senado brasileiro para noticiar as ações do Parlamento do MERCOSUL é a TV Brasil Internacional que, através do seu *Canal Integración*, transmite sua programação para a toda a América do Sul. Integrante da estrutura de comunicação pública brasileira, a emissora pertencente aos 3 poderes da República do Brasil, reproduz em seus telejornais praticamente todas as matérias da TV Senado sobre o Parlamento. A TV Brasil Internacional ainda veicula mensalmente em sua grade de programação o *Programa Diplomacia*, editado pela TV Senado, que aborda os temas do Parlamento de forma mais analítica, possibilitando ao telespectador um entendimento mais completo e aprofundado sobre a atuação da instituição e sua conexão com os interesses nacionais dos cidadãos do bloco e, conseqüentemente, permitindo e contribuindo com a percepção e o desenvolvimento de um sentimento de cidadania regional.

## **5. A COMUNICAÇÃO DO PARLASUL**

### **5.1 A estrutura**

A falta de um orçamento próprio e exclusivo para a área, não impediu que o Parlasul chegasse ao final de 2008 com uma estrutura mínima para a área de comunicação, fundamental para divulgar os trabalhos da instituição e auxiliar o trabalho dos jornalistas e veículos de imprensa que cobrem suas atividades.

Desde a primeira sessão de trabalho, ocorrida em Montevideu em 7 de maio de 2007, o Parlamento do MERCOSUL organizou e cumpriu etapas de estruturação de sua área de comunicação de modo que, em outubro de 2008, data em que este trabalho foi escrito, a Comunicação contava com uma sala exclusiva na sede do Parlamento, com computadores e linhas telefônicas, onde se realiza o trabalho de 5 (cinco) funcionários contratados para o setor com as seguintes funções: Secretário de Relações Institucionais e Comunicação Social, Diretor Geral de Relações Institucionais e Comunicação Social, Chefe de Comunicações e 2 (dois) jornalistas como auxiliares de Imprensa.

O Secretário de Relações Institucionais e Comunicação Social, Rafael Reis<sup>27</sup>, responsável pela organização do setor, confirma que a demanda dos jornais dos países do

---

<sup>27</sup> Entrevista por internet em 30/09/2008

bloco por notícias do Parlamento é muito baixa e instável e, dentro deste cenário, é a imprensa brasileira é a que menos procura por informações, sendo a divulgação das notícias geradas pelas atividades parlamentares quase que exclusivamente pela *Agência Senado* e a *Agência Câmara*<sup>28</sup>. Veículos de imprensa da Venezuela, Uruguai e Paraguai são os que mais procuram a Comunicação do Parlamento do Mercosul para credenciamento de jornais, rádios e emissoras de televisão para o acompanhamento das sessões. Assim como a brasileira, a imprensa argentina também demonstra pouco interesse pelo tema, limitando-se a cobrir sessões em que temas polêmicos ou de grande interesse da Argentina estejam presentes, a exemplo da sessão ocorrida naquele país, na cidade de Tucumã, cuja cobertura jornalística é fruto da análise deste trabalho.

Os jornalistas que trabalham na Comunicação do Parlamento do Mercosul são responsáveis por alimentarem as informações do sítio do Parlamento<sup>29</sup> onde é possível ler notícias sobre a instituição, conhecer os assuntos discutidos e aprovados em plenárias, os parlamentares de cada país e até mesmo a opinião dos mesmos sobre assuntos relativos ao bloco.

Semanalmente é produzido um Boletim de Notícias com as principais informações do Parlamento e enviado para a imprensa privada e pública dos países da América do Sul, para organizações da sociedade civil, embaixadas e organismos internacionais. Além disto, sempre que existe um fato novo e de relevância a Secretaria de Comunicação se encarrega de produzir releases e enviar para a imprensa não apenas dos países membros e da América do Sul, mas também a países de outras regiões como os integrantes da União Européia.

## **5.2 A parceria com o Parlamento Europeu**

Com mais de 20 anos de existência, o mais bem sucedido modelo de parlamento regional com vistas à integração, o Parlamento Europeu, se propõe a auxiliar o Parlamento do Mercosul na organização e estruturação da Comunicação Social da nova instituição. Em novembro do 2007, em convênio com a União Européia, foi realizado em Montevideu uma oficina de trabalho com jornalistas convidados de todos os países membros do Mercosul,

---

<sup>28</sup> A Agência Câmara raramente envia equipe jornalística para cobrir as sessões parlamentares. Em geral, a Agência Câmara disponibiliza o material produzido pela Agência Senado, algumas vezes acrescido de alguma informação exclusiva que dá ênfase maior à atuação dos deputados, (ROCHA, 2008).

<sup>29</sup> [www.parlamentodelmercosur.org](http://www.parlamentodelmercosur.org), em outubro de 2008.

cujos objetivos eram discutir métodos e estratégias de trabalho e divulgação que resultassem em maior visibilidade ao Parlasul<sup>30</sup>.

Com o título de “Apoyo a la instalación del Parlamento del Mercosur - Información y Visibilidad”, o encontro de Montevideu pretendia identificar as principais demandas e necessidades dos jornalistas para a realização do trabalho de acompanhamento das atividades do Parlamento do Mercosul e também receber sugestões para melhorar a visibilidade da instituição.

Do encontro resultou um documento com dez itens contendo sugestões relativas ao funcionamento da estrutura de Comunicação de modo a facilitar o trabalho dos jornalistas como a disponibilização de computadores, impressora e internet de banda larga na sede do Parlamento, o que já foi efetivado. Os próprios jornalistas participantes, no entanto, consideram os itens de maior importância os que dizem respeito ao conteúdo das informações sobre o Parlasul.

Uma das sugestões, imediatamente implementada pela Secretaria de Relações Institucionais e Comunicação Social, foi a de criação de um boletim de atividades do parlamento com periodicidade semanal para ser distribuído para os veículos de imprensa dos países do bloco(a que já nos referimos anteriormente). A justificativa apresentada para esta sugestão foi a de que a inexistência de divulgação de material jornalístico pelo próprio parlamento provocava uma redução ainda maior dos espaços de mídia destinados à instituição uma vez que os veículos “não tomavam conhecimento dos fatos”.

Outra observação foi com relação ao desconhecimento sobre a instituição. Os jornalistas declararam que a falta de informações e de conhecimento deles próprios sobre o tema dificultava a cobertura jornalística e evidenciava o risco de publicação de matérias incorretas ou com visão distorcida sobre o Parlasul. Para tanto, foi sugerido a realização de um seminário<sup>31</sup> de capacitação para jornalistas no qual deveriam ser tratados temas como estrutura e funcionamento do Parlamento do Mercosul, tratamento legislativo e direito do Mercosul, partidos políticos dos Estados Membros, eleições e outros temas. “*La capacitación de aquellos que transmiten la información al ciudadano es esencial para que este último reciba una información correcta y precisa*”<sup>32</sup>.

Na opinião de Rafael Reis, Secretário de Relações Institucionais e Comunicação Social, os resultados do seminário de Montevideu, além de detectar necessidades e apontar

---

<sup>30</sup> Participaram deste encontro dois jornalistas brasileiros: William França, à época Diretor de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, e Ana Maria Rocha, diretora da TV Brasil Internacional no Senado Federal

<sup>31</sup> CF. relatório final de “Seminário Apoyo a la instalación del Parlamento del Mercosur”

<sup>32</sup> Idem

mecanismos para aprimorar a comunicação institucional, também possibilitou a aproximação entre jornalistas e dirigentes de veículos públicos dos países membros, ao mesmo tempo em que os aproximou da temática do Parlasul.

A parceria com a União Européia e a disposição do Parlamento Europeu em colaborar com a organização de uma estrutura de comunicação para sua instituição congênere no continente sul-americano não permite afirmar que o modelo adotado pela Europa possa ser implantado no cone sul em curto espaço de tempo. O Parlamento Europeu possui uma sólida estrutura de comunicação que registra um forte fator multiliguístico: todo o material produzido e distribuído pela Comunicação Oficial é traduzido para 22 idiomas.

Além de uma sala de imprensa para atender aos jornalistas encarregados da cobertura, o Parlamento Europeu distribui ainda serviços audiovisuais com compactos e documentários sobre momentos importantes da instituição ou temas que sejam objetos de sua atuação. Todas as deliberações são publicadas no *Jornal Oficial das Comunidades Européias*<sup>33</sup>. Um serviço de Rádio, outro de Fotografia e mais uma Biblioteca Multimídia são disponibilizados na rede mundial de computadores. Porém, o mais recente veículo de divulgação do Parlamento Europeu é o EuroParlTV que apresenta programas atualizados e permite acompanhamento direto e ao vivo de todas as sessões parlamentares pelo site do parlamento.

A EuroParlTV utiliza-se de uma moderna plataforma de webtv, sendo uma das primeiras televisões do mundo que oferece mecanismos de interatividade com seus telespectadores. Toda a programação obedece ao princípio multilinguístico adotado em todo o material de imprensa do Parlamento Europeu, que exige um amplo e complexo sistema de tradução e legendas simultâneas que, segundo material disponibilizado pela própria EuroParlTV, é único no mundo. O sistema de comunicação do Parlamento Europeu representa, portanto, uma realidade ainda muito distante e, aparentemente, difícil de ser alcançada pelo Parlamento do MERCOSUL que, embora necessite de uma produção jornalística menos complexa pelo fato de ser bilíngüe, não dispõem de verba própria para investimentos na comunicação.

## **6. Conclusão**

Após a análise das matérias publicadas pelos jornais brasileiros sobre as quatro sessões escolhidas no calendário do primeiro ano de funcionamento do Parlamento do

---

<sup>33</sup> Sítio de comunicação da União Européia: [http://publications.europa.eu/index\\_pt.htm](http://publications.europa.eu/index_pt.htm)

Mercosul podemos concluir que há um hiato entre a imprensa brasileira e a instituição. E que com este distanciamento, verifica-se uma omissão por parte da mídia no cumprimento de seu papel de formadora de opinião e mobilizadora da sociedade quanto às questões que podem promover seu desenvolvimento. No caso do Parlasul a ausência da mídia leva não apenas ao desconhecimento mas pode levar também ao descrédito uma instituição cujo objetivo é estimular a democracia participativa e sua influência nos destinos políticos da região que ocupamos no planeta.

Não que haja comprovação de que o Parlamento do Mercosul venha a se tornar, de fato, uma instância de poder de atuação em defesa dos interesses das sociedades e, conseqüentemente, dos cidadãos dos países que formam o Mercosul. Isto só poderá ser aferido posteriormente, quando o parlamento, ainda uma instituição muito jovem, tiver concluído as etapas de sua implantação e estabelecido os mecanismos de representação. Mas o desconhecimento sobre ele poderá levá-lo a se tornar mais uma instituição elitista em defesa de interesses de grupos privilegiados, desconectados das reais necessidades dos cidadãos.

É importante ressaltar que o próprio parlamento criou as condições que lhe darão a legitimidade necessária para se imbuir do espírito de “representante” dos povos do Mercosul. Afinal, os parlamentares que nele vão atuar serão eleitos pelo voto livre, direto e secreto, fundamento básico da democracia representativa. No entanto, podemos afirmar que se o Parlasul criou, antes, o “dever” de participação, caberá ao cidadão encontrar seus “direitos” com relação à nova instituição.

A familiaridade com os temas do Parlamento, o conhecimento de suas funções e as possibilidades são fatores que poderiam estimular o cidadão a se posicionar de forma influente no processo decisório advindo da integração. O processo decisório do Mercosul não está restrito ao âmbito governamental executivo para o qual já existem as instituições e os fóruns encarregados de regular o processo. Fora dos trâmites governamentais, existem muitos intercâmbios possíveis entre os mais diversos setores – como os da cultura, da arte, do conhecimento acadêmico, dos direitos humanos e tantos outros- que podem trazer novos valores às sociedades envolvidas. E ainda que também exijam normas de regulamentação, o Parlamento do Mercosul poderá ser o elo que vai amalgamar e alavancar essas relações estabelecendo novos padrões de desenvolvimento.

Seria, provavelmente, o estreitamento dessas relações que motivaria o despertar de um sentimento para uma nova cidadania, cujo exercício estaria voltado para as questões regionais, criando assim um espaço de atuação política diferente e mais alargado que a atuação nacional embora não prescindindo dela. Seria o espaço para a atuação do “cidadão do

Mercosul” para o qual o próprio parlamento deverá instituir um dia comemorativo, quiçá em busca de contribuir para que se estabeleça a consciência deste sentimento de cidadania.

Existem outros mecanismos que podem contribuir para o despertar deste sentimento mas, a abertura de espaços na mídia para os debates relativos à questão e a divulgação do Parlamento como instituição que poderá capitanear este processo, certamente seria um dos mais eficazes.

No entanto, o que se verifica, como já afirmamos, é a ausência significativa do tema nos veículos de imprensa, tornando-se difícil para o cidadão comum o entendimento sobre o que é a instituição e para o que ela serve. O desconhecimento sobre o novo parlamento poderá, inclusive, ter reflexo nas eleições de 2010 quando os brasileiros estarão elegendo pela primeira vez seus parlamentares do Mercosul. Quem e para quê estamos elegendo? Poderão perguntar-se os eleitores.

O distanciamento entre a mídia brasileira e o Parlasul encontraria justificativas na cultura adotada pela mídia de toda a América Latina (comprovada nos estudos citados neste trabalho) de não se ocupar de suas próprias questões, preferindo noticiar aquilo que está distante e, em alguns casos, quase inatingível. Seria esta a razão de se perceber, por exemplo, uma presença mais evidente das questões da Comunidade Européia e do Parlamento Europeu no noticiário brasileiro. É como se ao parente distante fosse dada maior importância que ao vizinho de quintal.

Podemos afirmar, entretanto, que não é definitiva a conclusão de que o Parlamento do Mercosul é tema de menor interesse para a mídia impressa brasileira. Esta conclusão se restringe aos jornais editados pela chamada mídia privada, embora sejam eles os que somam maior alcance.

A mídia institucional, particularmente a mídia legislativa brasileira que reúne os veículos de comunicação da Câmara e do Senado, está cumprindo ativamente o papel de informar sobre todos os passos do Parlamento do Mercosul. A cobertura realizada de forma sistemática, embora ainda não obrigatória, pelos veículos do Senado – Agência, Jornal, Rádio e TV Senado – tem sido a ponte estabelecida entre as decisões e discussões do Parlamento do Mercosul e a sociedade brasileira. É ela também que permite que outros veículos públicos de comunicação, como os da Câmara dos Deputados e a TV Brasil Internacional também possam informar sobre o Parlamento. Pode-se concluir que os dirigentes da mídia legislativa, talvez pela familiaridade com os temas parlamentares e pela proximidade com os atuais representantes – que ainda são parlamentares escolhidos entre os parlamentares nacionais - já se deram conta do que representa a nova instituição. E podem fazer com que os veículos

institucionais supram a lacuna deixada pela imprensa privada no sentido de contribuir para a construção do referido sentimento de cidadania regional.

Não podemos deixar de mencionar também que a percepção por parte de alguns técnicos do Congresso Nacional Brasileiro da necessidade de tornar os processos decisórios mais transparentes no âmbito da Representação Brasileira do Mercosul tem oferecido uma contribuição decisiva no sentido informar sobre este processo. O *clipping* realizado desde 1996 é certamente o mais completo acervo de notícias existente sobre o Parlamento e importante memória da instituição sob a visão da imprensa. Vale notar que a coordenação e a execução do trabalho são feitas por funcionários da Comissão que não são jornalistas e nem se dedicam exclusivamente à tarefa.

Importante ressaltar também o esforço empenhado pela jovem equipe encarregada da Comunicação do Parlamento do Mercosul. Em menos de um ano contabilizou significativo avanço em sua organização que hoje permite distribuir com agilidade material informativo de qualidade para os veículos de imprensa de toda a região do Mercosul.

Ao concluirmos este trabalho, é possível inferir que é nos espaços institucionais que se encontrarão o desejo e os meios necessários para que a mídia possa colaborar com a construção de uma nova cidadania regionalizada que atue como norteadora dos avanços democráticos na América do Sul. A pesquisa realizada nos permitimos sugerir algumas medidas, no âmbito de políticas públicas de Comunicação, sobretudo para os órgãos responsáveis pela Comunicação do Senado e da Câmara dos Deputados, objetivando contribuir para o processo divulgação do Parlasul:

1) Estabelecer mecanismos que garantam e tornem obrigatória a cobertura das sessões e decisões do Parlamento.

2) Criar espaços definidos e periódicos para o tema nos veículos da Câmara e do Senado, como programas de rádio e televisão.

3) Promover debates, nos veículos de comunicação pública- incluindo veículos do Executivo e do Judiciário- sobretudo no rádio e na televisão, sobre temas tratados pelo Parlamento, sob a perspectiva regional para que se possa inserir a percepção de cidadania regionalizada nos cidadãos.

4) Promover o intercâmbio entre profissionais de comunicação de veículos públicos dos parlamentos dos países do Mercosul para permitir a troca de idéias e conhecimentos sobre suas culturas políticas e práticas parlamentares.

5) Promover campanhas institucionais permanentes sobre o Parlamento do Mercosul e sobre seu processo eleitoral de modo a esclarecer o eleitor sobre o assunto.



Os limites impostos à pesquisa nos levam a acreditar que apenas traçamos o esboço de um caminho que poderá ser complementado por outras pesquisas que venham abordar outros aspectos da relação com a mídia e o Parlamento do Mercosul e sua contribuição para o alargamento da atuação política do cidadão na América do Sul. No entanto, ainda que de forma incipiente, esperamos contribuir com este trabalho, para despertar novos interesses que, por sua vez, possam também ampliar o sentimento de latinidade dos cidadãos americanos do hemisfério sul e, finalmente, levar à construção de uma cidadania regional em torno do Mercosul.

## 7. – BIBLIOGRAFIA

### 7.1 – LIVROS E TESES

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. – Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

CASTRO, Cosette. *Jornais Impressos e On Line – uma breve visita ao Mercosul.in Mercosul Sob os Olhos do Mundo*, 2008 – Ed. Universidade Federal de Pelotas.

DRUMMOND, Maria Claudia. *A democracia desconstruída: O déficit democráticos nas relações internacionais e os parlamentos da integração*. 2005. 386p. Tese (Programa da Pós-Graduação em História das Relações Internacionais) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História da Universidade de Brasília. – UnB.

DUARTE, Jorge. *O desafio da Comunicação para o Mercosul in Mercosul Sob os Olhos do Mundo*, 2008 – Ed. Universidade Federal de Pelotas.

GOBBI, Maria Cristina. *Mercado Comum do Sul e Pesquisa Comunicacional*. In *Mercosul Sob os Olhos do Mundo*, 2008 – Ed. Universidade Federal de Pelotas.

HABERMAS, Jürgen . *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1984

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.13, nº 37, pp 33-41, São Paulo-1998

KUME, Honório; PIANI, Guida. *Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio*. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 4 (100), pp. 370-390 outubro-dezembro/2005.

JUCÁ, Francisco Pedro. *Parlamento do Mercosul: alterações necessárias à Constituição Brasileira de 1988*. 1 Ed., São Paulo: LTR, 2002.

MARTINS, Helena. *Participação da Sociedade Civil Brasileira no Parlamento Mercosul*. 2008. 90p. Dissertação (Graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

MELO, José Lopes Marques de. *Políticas Regionais de Comunicação*. Os desafios do MERCOSUL. Londrina UEL, 1997

MELO, José Lopes Marques de. *Introdução in Mercosul Sob os Olhos do Mundo*, 2008 – Ed. Universidade Federal de Pelotas.

MIGUEL, Luis Felipe. Revista brasileira de Ciências Sociais, 2003 - Scielo Brasil

NOVELLI, Ana Lúcia. *Imagens Cruzadas: A Opinião Pública e o Congresso Nacional* –Tese de Doutorado - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 1999

RULLI JÚNIOR, Antonio. *Mercosul*. 1 Ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

SANT'ANNA, Francisco. *América Latina – um tema fora da pauta. Uma análise sobre o papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana*. Artigo publicado na revista *Comunicação & Política*, Volume 24, nº 1, edição de janeiro – abril. 2006)

SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo Corporativo*-2005- tese para obtenção do título de Doutor em Ciências da Informação e Comunicação no Centre de Recherches sur l'Action Politique em Europe – Universidade de Rennes - França

SANT'ANNA, Francisco. *América Latina – um tema fora da pauta*. 2001. *O papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana: um estudo do comportamento editorial de grandes periódicos nacionais*. Tese - Programa de Pós graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília. 2001

SERRA, Sônia. *A imprensa e a Opinião Pública*. Universidade Federal da Bahia. 2000

SOUZA, ANDRÉ BARBIERE. *União Européia e o déficit democrático: um estudo a partir de Jürgen Habermas*, 2003.

VAZ, Alcidez. C. *Integração e Democracia no Mercosul*. Carta Internacional, São Paulo, v. 39, 1996.

VENTURA, Daisy, *As assimetrias entre o Mercosul e a União européia, os desafios de uma associação inter-regional* –São Paulo. Manole, 2003, p 592

## 7.2 - SÍTIOS:

[http://www.parlamentodelmercosur.org/index1\\_portugues.asp](http://www.parlamentodelmercosur.org/index1_portugues.asp)

[http://pt.wikisource.org/wiki/Protocolo\\_de\\_Ushuaia](http://pt.wikisource.org/wiki/Protocolo_de_Ushuaia)

<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos-e-manifestos/comissoes-permanentes-do-parlamento-do-mercosul>

[http://www2.mre.gov.br/dai/m\\_6105\\_2007.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/m_6105_2007.htm)

<http://www.mercosur.int/msweb>